

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MAYARA BELÉM DE FIGUEIREDO

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS NA EDUCAÇÃO: Reflexões acerca do processo de efetivação da educação inclusiva através dos usuários que frequentam a Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio em Juazeiro do Norte-CE

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

MAYARA BELÉM DE FIGUEIREDO

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS NA EDUCAÇÃO: Reflexões acerca do processo de efetivação da educação inclusiva através dos usuários que frequentam a Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio em Juazeiro do Norte-CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácsa Vieira de Caldas.

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

MAYARA BELÉM DE FIGUEIREDO

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS NA EDUCAÇÃO: Reflexões acerca do processo de efetivação da educação inclusiva através dos usuários que frequentam a Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio em Juazeiro do Norte-CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácса Vieira de Caldas.

Data de aprovação ___ / ___ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Jácса Vieira de Caldas.
Orientador

Prof. Esp. Pautília Ferraz Araruna
1º Examinador

Prof. Esp. Aldair Péricles Bezerra Monteiro
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

Dedico este trabalho a pessoa que me deu a vida, que me deu esperança e que me deu forças para seguir um caminho que ela já acreditava ser meu. Mãe, obrigada pela inspiração de todos os dias e pelos sacrifícios de uma vida inteira.

Minha eterna gratidão

AGRADECIMENTOS

Sou infinitamente grata a Deus por ter me permitido fazer parte dessa experiência única e maravilhosa que é estudar Serviço Social, estando ao meu lado em cada momento de desesperança, em cada obstáculo me permitindo ser mais forte e em cada escolha me fazendo perceber que esse é o meu caminho, e que esse é apenas o início de uma incrível e desafiante jornada!

Mais uma vez agradeço a essa pessoa que considero ser a essência da minha vida, exemplo de força e perseverança, uma pessoa que sempre acreditou na minha capacidade e que nunca permitiu que eu desistisse dos meus sonhos. Obrigada mãe, você é o reflexo e exemplo de mulher guerreira e sempre será meu maior orgulho e minha melhor inspiração.

Agradeço as minhas incríveis irmãs, Izabela e Carliane, pela força e pela confiança que depositaram em mim, por sempre me apoiarem nos momentos bons e principalmente nos momentos ruins. Agradeço também pela paciência, pois vocês me suportaram até quando eu não pude me suportar, mas afinal de contas, é pra isso que servem as irmãs, não é verdade?

Agradeço ao meu cunhado, Silvano, pois este sempre esteve disposto a me ajudar em qualquer coisa e a qualquer momento, até quando eu não merecia. Obrigado por sempre acreditar e por enxergar em mim um exemplo de sucesso, espero que consiga alcançar pelo menos um terço daquilo que você enxerga em mim.

Também agradeço aos meus familiares por torcerem pela minha vitória e por estarem ao meu lado me apoiando e me ajudando nessa jornada acadêmica, em especial, agradeço a minha tia Maria de Lourdes, pelas palavras maravilhosas de sabedoria e de fé, me fazendo sempre acreditar que o esforço é sempre recompensado.

Não poderia deixar de fora meus queridos amigos, agradeço a vocês pela força e principalmente pela amizade, por sempre me estenderam a mão e estarem ao meu lado me fazendo sonhar e acreditar nas inúmeras possibilidades que o mundo tem a me oferecer, de idealizarem comigo e por mim, um caminho nada mais e nada menos que maravilhoso. Acredite, esse também é o meu maior desejo para vocês.

Agradeço ao Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, que enquanto universo acadêmico me proporcionou um novo olhar e me despertou para uma nova realidade me fazendo compreender de forma crítica a importância inestimável que o Assistente Social tem na luta pela democracia, pela igualdade e pela liberdade.

Assim, agradeço igualmente aos professores da instituição que estiveram presentes durante minha jornada acadêmica, ensinando com excelência, experiência e seriedade. E agradeço a alguns mais que outros por se tornarem grandes exemplos para mim, de humildade e competência, tornando-se espelhos de profissionais realmente exemplares.

Agradeço a minha supervisora de estagio supervisionado Jamille de Lima Vieira pela sua competência e simplicidade e pelos ensinamentos que foram enriquecedores. Você é um exemplo admirável de pessoa e de profissional.

E finalmente e não menos importante, agradeço a minha orientadora, Jácsa Vieira de Caldas, pela inexplicável capacidade de fazer todos que estão ao seu redor se sentirem bem, pela simplicidade, pela humilde, pela força e pela extrema competência. Acredite ou não, você é um exemplo para muitas pessoas que te admiram, assim como é para mim. Gratidão para minha eterna professora nota 10!

E PRA FINALIZAR, AGRADEÇO AOS OBSTÁCULOS DA VIDA QUE ME FIZERAM SER QUEM EU SOU HOJE!

“Devemos nos revestir de novos olhares, repaginar-se com novas atitudes para que o igual não permaneça sempre igual, e que o diferente possa despertar uma nova construção de mundo. Quem sabe assim, a consciência de uma sociedade reflita uma nova ordem que busque o florescimento de uma inclusão, que deves proclame pela aceitação e pelo respeito as minorias sociais”.

Mayara Belém

RESUMO

O presente estudo veio desvelar uma realidade na qual a inclusão se torna essencial para resgatar compreensões e reformular novas posturas frente a um processo educacional mais igualitário, tendo como objetivo Refletir acerca do processo de efetivação da educação inclusiva, através dos usuários que frequentam a Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio em Juazeiro do Norte-CE. Compreendendo-se que este cenário se constituiu ao longo de processos históricos com grandes barreiras culturais e estruturais, e tendências empobrecedoras que dificultaram sua jornada até o momento atual e que hoje exigem novas mudanças para que se possam fazer valer os direitos da pessoa com deficiência em seu ambiente educacional e no contexto social. Para isso utilizou-se inicialmente de estudos bibliográficos, com abordagem qualitativa. Utilizou-se também as pesquisas descritiva e explicativa, e tiveram como apoio o método dialético, e a entrevista semiestruturada como instrumento para coletas de dados. Foram entrevistados doze pais de forma a representarem voz e os direitos da pessoa com deficiência acerca das percepções sobre a inclusão, e através das análises contatou-se certos aspectos ineficientes sobre o processo de efetivação da educação inclusiva de modo a evidenciar a processo legais que não atingem de forma ampla este cenário, onde os meios que conduzem a uma inclusão de qualidade ainda encontram uma certa despreparação em meio as necessidades mais recorrentes desse segmento populacional. A educação inclusiva é abordada pelo primeiro capítulo, Dinâmicas de uma educação real: refletir para transformar, agir para incluir, seguindo-se pelo segundo, A realidade da educação inclusiva no Brasil: Percursos e desafios encontrados na atualidade e finaliza-se no terceiro capítulo com Interfaces de uma educação em construção. Por fim, através de todo esse percurso torna-se necessário reconstruir uma nova percepção, através de uma consciência que prime por uma relação societária que busque a educação inclusiva, como um elemento essencial para a construção sociedade que aceite as diferenças como um sinal de igualdade.

Palavras chaves: Educação inclusiva. Direitos. Pessoa com deficiência. Família. Escola. Professores.

ABSTRACT

The present study came to reveal a reality in which inclusion becomes essential to rescue understandings and reformulate new postures in front of a more egalitarian educational process, aiming to Reflect on the process of realization of inclusive education, through the users who attend the School Clinic of the University Center Dr. Leão Sampaio in Juazeiro do Norte-CE. It is understood that this scenario was constituted along historical processes with great cultural and structural barriers, and impoverishing tendencies that hindered its journey until the present moment and that today demand new changes so that the rights of the person with disability can be asserted in their educational environment and in the social context. For this, bibliographic studies were initially used, with a qualitative approach. Descriptive and explanatory research was also used, and the dialectical method was supported, and the semi-structured interview as an instrument for data collection. Twelve parents were interviewed in order to represent the voice and the rights of the person with disabilities about the perceptions about inclusion, and through the analysis, certain ineffective aspects about the process of realizing inclusive education were contacted in order to highlight the legal process that did not broadly reach this scenario, where the means that lead to a quality inclusion still find a certain lack of preparation amid the most recurrent needs of this population segment. Inclusive education is addressed by the first chapter, Dynamics of a real education: reflect to transform, act to include, followed by the second, The reality of inclusive education in Brazil: Paths and challenges encountered today and finalized in the third chapter with Interfaces of an education under construction. Finally, through all this path, it is necessary to reconstruct a new perception, through a conscience that prevails for a societal relationship that seeks inclusive education, as an essential element for the construction society that accepts the differences as a sign of equality .

Keywords: Inclusive education. Rights. Disabled person. Family. School. Teachers.

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CE - Ceará

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CF – Constituição federal

FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBC – Instituto Benjamin Constant

INES – Instituto Nacional da Educação de Surdos

LDBN – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ONG'S – Organizações não-governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade civil de Interesses Públicos

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico I – Gênero.....	43
Gráfico II – Faixa etária dos pais.....	44
Gráfico III – Estado civil dos pais.....	44
Gráfico IV – Escolaridade dos pais.....	45
Gráfico V – Fonte de renda familiar.....	46
Gráfico VI – Educação dos filhos.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – DINÂMICAS DE UMA EDUCAÇÃO REAL: REFLETIR PARA TRANSFORMAR, AGIR PARA INCLUIR	15
1.1 CENÁRIO LEGISLATIVO: COMPREENDENDO AS LEIS QUE ASSEGURAM A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL	15
1.2 CONTEXTO FAMILIAR: UM PAPEL PREPONDERANTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS NA ESCOLA.....	22
1.3 MEIOS DE INTEGRAÇÃO PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO: EQUIPAMENTOS E CAPACITAÇÕES PROFISSIONAIS NA RELAÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE UM ESPAÇO EDUCACIONAL MAIS INCLUSIVO	15
CAPÍTULO II – A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSO E DESAFIOS ENCONTRADOS NA ATUALIDADE	19
2.1 INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O DESFECHO OCORRIDO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	20
2.2 POLITICA DE EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA A SOCIEDADE CIVIL	23
2.3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO ANSEIO DA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	29
CAPÍTULO III – INTERFACES DE UMA EDUCAÇÃO EM CONSTRUÇÃO	33
3.1 DELINEAMENTOS DO PERCURSO METODOLOGICO: UM CAMINHO PARA SE ALCANÇAR OS RESULTADOS.....	34
3.2 LINGUAGEM DA MÚSICA: DIALOGANDO A INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	36
3.3 NOVOS ATORES NO PARADIGMA DAS RELAÇÕES INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INOVAÇÕES E POSSIBILIDADES NO DESVELAR DE UMA INCLUSÃO PARA A DIVERSIDADE	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERENCIAS:	60
APÊNDICE (S)	64

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma política legitimada pela concepção de direitos humanos que garante o direito de todos os alunos ao estudo e a sua permanência no ambiente escolar, sem que haja quaisquer tipo de discriminação. Com base nesse processo, compreende-se que há uma necessidade de mudança da lógica excludente das escolas, pois para haver essa inclusão torna-se fundamental atender a todos os alunos reconhecendo e valorizando suas diferenças e desenvolvendo um trabalho de qualidade para todos.

Nesse cenário a educação inclusiva se torna um processo de análise sobre o contexto no qual os direitos das crianças e adolescentes com deficiência se constituem como fatores preponderantes de legitimação da inclusão no ambiente educacional e social, compreendendo-se os múltiplos fenômenos que atravessam as próprias relações de inclusão, onde pessoas com deficiência ficam a margem de um olhar de totalidade das relações que compõem a sociedade, construindo-se barreiras culturais, política e sociais em torno de uma inclusão realmente efetiva.

Sendo assim, o referido trabalho tem por objetivo refletir acerca do processo de efetivação para uma educação mais inclusiva, através dos usuários que frequentam a Clínica Escola Do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio em Juazeiro do Norte-CE. Mais precisamente, procurando-se resgatar através da percepção dos pais de crianças com deficiência, que são atendidas pelos serviços ofertados pela própria Clínica, quais os principais fatores e determinantes sociais que alavancam ou impossibilitam a construção de uma inclusão concreta.

A preocupação em torno da efetivação da inclusão de pessoas com deficiência na educação e na sociedade, justifica-se, inicialmente pela aproximação com o tema, adquirido pela experiência de estágio supervisionado no Núcleo de Apoio do Serviço Social, a partir de inquietações que surgiram através de atendimentos e intervenções que despertaram para uma maior proximidade com os aspectos da realidade onde a inclusão se faz relevante e necessária para que assim se possa compreender quais os desafios presentes em seu contexto de efetivação.

Nesse contexto elaborou-se certos questionamentos fundamentais para um aprofundamento das discussões: Existe um processo legislativo pleno e efetivo que assegure a inserção das pessoas com deficiência no âmbito educacional e social? Existem meios de integração eficazes para a construção de um espaço educacional mais

inclusivo? Existe um suporte familiar suficientemente capaz de educar e preparar os filhos para os desafios que circundam as relações de respeito as diferenças que surgem em um contexto escolar diversificado?

Para fins de efetividade, essa pesquisa se estrutura seguindo uma metodologia que pretende seguir a corrente materialista na perspectiva histórico-dialética, pelo fato de se buscar discussões mais amplas, que leve em conta a totalidade das relações, compreendendo os fenômenos e as contradições sociais de forma crítica.

Na pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa para se analisar a subjetividade das relações que compõem o universo da pesquisa, de forma a se compreender a percepção, os valores, a cultura e os fatores que levam a inclusão a um processo de desconstrução, por vias da própria sociedade e dos mecanismos responsáveis por promover essa relação de inclusão.

Utilizou-se também as pesquisas descritiva, exploratória e explicativa como ferramentas essenciais para o estudo de forma a investigar precisamente os elementos necessários as discussões e questionamentos, descrevendo, analisando, explicando de maneira a dar respaldo e relevância ao teor deste processo analítico.

Optou-se pela pesquisa de campo, para se buscar uma maior proximidade com as relações cotidianas que atravessam a realidade, buscando-se refletir sobre essa concepção de educação inclusiva através de uma percepção real dos elementos e problemáticas presentes na vida das pessoas que tem deficiência.

O primeiro capítulo vem retratar dinâmicas de uma educação, para refletir transformações e promover ações na busca por uma perspectiva mais inclusiva, seguindo-se pelo segundo capítulo que vem retratar uma realidade de percursos e desafios atravessados pelo processo de inclusão e por fim, o terceiro capítulo vem dar resolutividade a este percurso, desvelando interfaces de uma educação ainda em construção.

Por tanto torna-se de extrema relevância compreender as necessidades e particularidades dessa população para que haja um processo de desconstrução e reconstrução das próprias relações que se transfiguram-se em respostas ao processo de inclusão, para que desta forma as minorias sociais se sintam incluídas em um cenário integrado, estruturalmente preparado e diversificadamente respeitado.

É necessário repensar o paradigma de inclusão enquanto uma ferramenta necessária para a construção de uma nova sociedade, compreendendo-se que a educação é a fôrma que molda a inclusão para que esta possa se desenvolver de forma efetiva.

CAPÍTULO I – DINÂMICAS DE UMA EDUCAÇÃO REAL: REFLETIR PARA TRANSFORMAR, AGIR PARA INCLUIR

A educação inclusiva é um processo de construção permanente na história da sociedade brasileira, tornando-se um desafio indispensável para a reflexão de uma educação igualitária e de direitos para todos, é nessa perspectiva de reconhecimento que buscou-se compreender inicialmente o cenário na qual a educação inclusiva se afirmou enquanto concepção de um novo ensino, resgatando elementos históricos para a construção de um quadro referencial que evidencie os principais contextos e marcos legais que regulamentaram a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Em um segundo momento reflete-se sobre o contexto familiar na construção de responsabilidades e personalidade de uma criança, constituindo-se em um papel preponderante na vida do sujeito, consistindo-se em preparar os filhos para o respeito a diversidade, mediante uma educação capaz de transformar comportamentos e espaços de exclusão em possíveis ações inclusivas, compreendendo as diferenças como algo essencial para o desenvolvimento humano.

Por último analisa-se os meios de integração para a construção de um contexto escolar mais inclusivo, sob a concepção de estratégias e recursos eficientemente concretos e princípios fundamentais regidos por uma sociedade mais inclusiva. A inclusão escolar deve iniciar-se a partir das reflexões, das adequações e dos levantamentos de possibilidades necessárias ao envolvimento e desenvolvimento de todos os alunos no geral, e particularmente daqueles que possuem necessidades educativas especiais. Por tanto, torna-se necessária ter uma visão ampla do ambiente que proporcionará um ensino de qualidade desses alunos.

1.1 CENÁRIO LEGISLATIVO: COMPREENDENDO AS LEIS QUE ASSEGURAM A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Para que se possa compreender o cenário na qual a educação inclusiva se afirmou enquanto concepção de um novo ensino, que busca a garantia de direito a educação para todos, torna-se imprescindível resgatar elementos históricos para a construção de um quadro referencial que evidencie os principais contextos e marcos legais que regulamentaram a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar.

A inclusão historicamente se entrelaça aos mais variados processos culturais e sociais, onde evidencia-se, segundo Correia (1999), que a Grécia Antiga era palco de grandes exclusões sociais, onde crianças nascidas com algum tipo de deficiência eram menosprezadas e até mesmo eliminados pelo seu povo, sem possuir quaisquer direito a convivência social.

O preconceito ainda era algo claro e evidente na Idade Média, onde pessoas com deficiência eram marginalizadas até mesmo por questões sobrenaturais, rotuladas como inválidas, sendo negligenciadas e perseguidas, desta forma, algumas famílias preferiam esconde-las e priva-las de uma relação com a comunidade. Assim, a ideia de realizar qualquer atividade em ambientes diferenciados não era considerada uma prática comum. Conforme Jannuzi (2004), que reflete sobre o atendimento aos deficientes, que no Brasil por volta do século XVIII, que se limitava aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, porém existiam algumas exceções de crianças, que até participavam de orientações com crianças consideradas normais.

Antigamente a escola não era algo imaginado sob uma concepção de inclusão, os alunos que não se enquadrassem no “modelo” esperado, eram excluídos da escola comum e direcionados para a Educação Especial. Desta forma, a Educação Especial nasce para atender a uma parcela destes excluídos: os deficientes, como observa Bautista (1997), a educação especial organiza-se historicamente como atendimento educacional especializado, substituindo o ensino comum e evidenciando diferentes concepções, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais.

Via-se alunos com deficiências sendo atendidos em ambientes característico para cada tipo de deficiência e não se imaginava uma Escola constituída para todos. As especificidades apresentadas pelos alunos com deficiência, eram acolhidas de maneira específica em cada momento histórico.

Durante a época do Império, as pessoas com deficiência eram atendidas inicialmente por duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criada em 1854, sendo hoje o atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje intitulado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. O perfil dessas instituições contudo, voltava-se mais para o atendimento de deficiências visuais e aditivas, limitando-se assim ao atendimento voltado aos deficientes físicos e principalmente intelectuais.

A fundação desses dois institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29)

Tal cenário começou a mudar a partir de meados do século XX, o ensino de pessoas com deficiência mesmo não sendo preocupação do sistema político da época, deu início a uma articulação com a política de educação especial, onde os alunos com deficiência cognitiva, a princípio, passaram a ser atendidos pela Pestalozzi criada em 1926 e nas APAE de 1954, onde várias atividades eram realizadas, e só há pouco tempo, as Escolas Especiais aderiram a uma abordagem pedagógica de teor acadêmico. Quanto aos alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, a história é bem mais atual, pois somente em 1994 essas pessoas foram reconhecidas pelo MEC como público-alvo atendido pela Educação Especial.

O atendimento educacional as pessoas com deficiência, em 1961, passa a fundamentar-se pelas disposições da lei de Diretrizes e bases da Educação nacional – LDBN, lei nº 4.024/61 que indica os direitos dos “excepcionais” à educação preferencial incluído no sistema geral de ensino. A lei nº 5.692/71 altera a LDBN de 1961, quando se estabelece um “tratamento especial” para alunos com deficiências mentais e físicas, não se promovia um sistema de ensino organizado, com capacidade para atender estudantes superdotados e os que possuíam transtornos globais do desenvolvimento, por tanto, intensificava-se os encaminhamentos para escolas especiais.

O MEC institui o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, por meio do decreto n. 72.425 em 3 de julho de 1973, encarregado pelo gerenciamento da educação Especial no Brasil, que sob o suporte integracionista, estimulava-se as ações voltadas para as pessoas com deficiência, e pessoas com superdotação, porém ainda se configurava sob perspectivas e campanhas assistências, desacompanhada das ações do Estado.

Entende-se que este período refletia ainda uma educação fragmentaria, traduzida em um acesso não universalizante e seletivista do ensino, onde os considerados “normais” tinham acesso ao ensino regular e as pessoas com deficiência ficavam a mercê de “políticas especiais” que não supriam completamente as reais necessidades,

tão pouco consideravam-se suas singularidades de aprendizagem, evidenciando-se ainda, a presença do paradigma segregacionista.

Na década de 80 a educação especial começa a tomar um novo rumo, adquirindo caráter de inclusão, e o primeiro passo se deu com a Constituição Federal de 1988 por meio da lei, conhecida por muitos como “constituição cidadã” já que está proporcionou a garantia de direitos a grupos sociais e alavancou significativas mudanças políticas e educacionais, trazendo marcos importantes, de uma democratização tanto do país, quanto da educação.

A Constituição traz como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. A mesma vem definir a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento das pessoas, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho em seu artigo 205. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).(BRASIL, 1988).

A Conferência Mundial de Necessidades educativas Especiais realizada pela UNESCO em 1994, apresentou a partir da temática: Acesso e qualidade, problemáticas a respeito das causas de exclusões no ambiente escolar. Com base nas discussões realizadas acerca das práticas educacionais que ocasionam a desigualdade social de inúmeros grupos, a Declaração de Salamanca, documento elaborado sobre a linha de ação sobre Necessidades educativas especiais, vem preconizar que o meio mais eficiente para que se possa combater comportamentos e atitudes discriminatórias, é o ambiente escolar, ressaltando-se que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, e emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

Analisado os objetivos da Constituição Federal de 1988 e a Lei de diretrizes e bases da educação Nacional, expressa-se claramente que a nova proposta ofertada pela

concepção de educação inclusiva propõe que as pessoas com deficiência sejam matriculadas em turmas regulares, alicerçadas pelo princípio de educação para todos.

Reflete-se aqui, uma legislação que vem alavancar possibilidades através dos direitos constitucionais, trazendo o conceito de inclusão para trabalhar a construção de um processo mais igualitário, porém, trazendo o caráter integracionista, que embora tenha contribuído significativamente com o atendimento, as pessoas ainda estavam em processo de construção.

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser, pluralista, democrática e de qualidade. Por tanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p.31)

Percebe-se que a escola se torna um espaço de ampliação, de heterogeneidade, do acolhimento a diversidade, de ensino para todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou outras. Adaptando os modelos de ensino/aprendizagem às necessidades dos alunos. Esta passa a ter a responsabilidade e o dever de receber qualquer aluno, independentemente de qualquer coisa.

A Organização Das Nações Unidas (ONU,2006) realizou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e a partir deste acordo o Brasil validou em 2008 com valor de emenda constitucional a modificação da terminologia “Pessoa portadora de deficiência” sendo esta inadequada, e a partir da ratificação passou a chamar-se de “pessoas com deficiência”. Desta forma, houve uma maior atenção as pronuncias terminológicas no intuito de facilitar os processos jurídicos, médicos, pedagógicos e sociais, onde cada deficiência deve ser pronunciada compreendendo a forma correta, sempre incluindo “pessoa com deficiência” inicialmente, seguindo-se da próprio tipo de deficiência.

Compreende-se que o termo “portador” remetia-se a uma ideia de minoria, especial e incapaz, como se essas deficiências fossem fatores relevantes para o processo de exclusão destes cidadãos, acarretando em uma atenção insuficiente para a formação de uma autonomia digna. Todavia, com a mudança da nomenclatura, as “pessoas com deficiência” ganham um novo espaço de visibilidade, não mais carregando o fardo de “portador” em suas costas, agora este é percebido enquanto pessoa e núcleo central de

sua própria história, e independentemente da deficiência que tenha, este é uma pessoa capaz de viver em sociedade e de construir seu caminho.

Esse tratado modifica o conceito de deficiência, que anteriormente representava um paradigma integracionista, reprimido pelo modelo de deficiência clínico, na qual a condição física, intelectual ou sensorial, definia-se como uma barreira para o processo de integração social, onde a pessoa com deficiência é quem deveria adaptar-se às condições que a sociedade impunha.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ONU artigo 1º)

Cabe à sociedade proporcionar as condições de acessibilidade necessárias, com a finalidade de oportunizar a participação das pessoas com deficiência de forma efetiva em todos os aspectos sociais, para que estas possam viver com plena autonomia. A educação inclusiva passa a ser um direito inquestionável e incondicional.

Em 2003, alguns recursos são efetivados com o intuito de difundir referenciais educacionais com perspectivas inclusivas no país, tendo este o objetivo de apoiar as transformações dos sistemas educacionais, integrando-se discussões acerca do processo de inclusão no ambiente escolar. Para alcançar esse propósito, instaura-se o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que vem ampliar o processo de formação de educadores e gestores, através de uma cooperação entre o Ministério da Educação, Estados, Municípios e o Distrito Federal.

A partir desta parceria, é inicialmente construída uma nova Política de Educação Especial, que tem um longo desafio pela frente, de se conceber concretamente como uma modalidade de ensino transversal, perpassado pelo nível de educação infantil até a educação superior. A partir disso, as práticas educacionais criadas segundo um padrão de gestão, de currículo, de professor e estudante são refletidas e redefinidas, fundamentando-se na concepção de desenho universal.

Compreendendo as diretrizes da nova política:

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p. 15)

A viabilização da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva de inclusão, a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, criado pelo Decreto nº 6.094/2007 e legalizado através da Agenda Social da Presidência da República, ampliou a formação dos professores, implantando estruturas físicas para a promoção de acessibilidade, salas de recursos multifuncionais, monitoramento do acesso à escola dos alunos beneficiários do BPC- Benefício de Prestação Continuada, e o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação básica e superior.

Em um cenário amplo de discussões acerca do processo de inclusão no âmbito educacional, a mesma conduziu-se a criação de formulações que dão um novo sentido ao apoio técnico e financeiro, concebendo condições necessárias para a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nas redes regulares de ensino. Dessa forma, inclui-se o conceito de acessibilidade, de forma a proporcionar uma condição igualitária entre os alunos.

Objetivando-se a criação de uma política pública para o financiamento da educação inclusiva, O Decreto nº 6.571/2008 foi lançado e adicionado pelo Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre apoio da União aos sistemas de ensino, no aumento da oferta de atendimento educacional especializado –AEE para alunos com deficiência, altas habilidades e transtornos globais, assegurando o financiamento por meio do FUNDEB.

Na perspectiva inclusiva, o atendimento educacional especializado é definido como [...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (Brasil, 2011)

O atendimento Educacional Especializado (AEE), institui-se como uma das medidas utilizadas pelo sistema educacional, para ofertar com o processo de inclusão dos alunos com deficiência, assegurando uma qualidade de ensino igualitária, perante os demais alunos, para que este consiga acompanhar o desenvolvimento necessário. O

Plano do AEE assume uma importância significativa, na contribuição de objetivos e metas para que o aluno possa alcançar o ensino desejado, na qual o professor vai trabalhar com as nuances de suas necessidades educacionais, analisando suas habilidades e dificuldades, para que assim, encontre a melhor forma de ensiná-lo. Pois a professora inserida em uma sala regular não compreende a inclusão escolar da mesma forma que um professor do AEE, as dificuldades de acolher o aluno assim como as barreiras a serem enfrentadas. (BEDAQUE, 2014)

Refletir sobre as leis que fundamentam a educação inclusiva, proporcionam uma percepção dos avanços e recursos que foram sendo conquistados pelo sistema educativo ao longo dos anos, discutindo-se esses avanços frente a contribuição desses marcos para o que hoje se torna um grande progresso, no que se refere ao reconhecimento dessas pessoas na sociedade, e sua consequente legitimidade no âmbito educacional.

Hoje percebe-se que a educação está ainda em processo de construção, nesse contexto surge o atendimento educacional especializado que visa complementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos, surge a acessibilidade e ferramentas que eliminem as barreiras, outra estratégia é a presença de um segundo professor na sala de aula, ou mesmo na elaboração do planejamento

1.2 CONTEXTO FAMILIAR: UM PAPEL PREPONDERANTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS NA ESCOLA.

O contexto familiar constitui-se em um espaço primordial de referência, proteção e socialização dos indivíduos, exercendo uma força significativa na formação de valores éticos, morais, espirituais e culturais de uma criança, sendo está uma construção perpassada de gerações a gerações.

Os valores reproduzidos pela família, contribuem para a formação do caráter e consequentemente para o aprendizado, desempenhando um papel elementar na construção de uma educação concreta. Por tanto, o primeiro contato social do indivíduo acontece com a família e é por meio dela que o indivíduo se estrutura e constrói seus primeiros valores e ideias, precisando então ser sadio, isto é, proporcionando um bom relacionamento emocional, intelectual e social, pontua Almeida (1983).

A mesma se estabelece como um grupo social primário, que por meio de sua relação familiar inicia o desenvolvimento social de seus filhos, preparando-os para o

convívio social, para a forma como este será aceito pela sociedade e que posturas assumirá diante de sua inter-relação com as outras pessoas. Por tanto, a família é a base de inicialização do indivíduo na sociedade, no ensinamento dos papéis sociais e na formação de sua identidade individual e social, no autoconhecimento e no conhecimento do outro.

Onde Paula (2007), evidencia que a família é a principal responsável pela socialização imediata do sujeito, pois é em casa que se institui as formas de interação com o outro convívio social. É a partir deste contato com outros grupos sociais, socialização secundária, que a criança vivenciará novas formas de adaptação que segundo GLAT (1995), a forma como está se introduzira no ambiente social, dependerá significativamente do aprendizado assimilado inicialmente pelo contexto familiar.

Inconscientemente, os pais fazem parte da educação de seus filhos, onde o comportamento reflete a forma como os filhos se relacionam com o mundo e com as pessoas, nesse ponto é perceptível que os filhos tornam-se por muitas vezes, espelhos de atitudes e de posturas apreendidas através dos pais.

A família torna-se responsável pela formação da personalidade de uma criança, e é através desta que se constrói um papel importante na vida do sujeito, consistindo-se em preparar os filhos para o respeito a diversidade, mediante uma educação capaz de transformar comportamentos e espaços de exclusão em possíveis ações inclusivas, compreendendo as diferenças como algo essencial para o desenvolvimento humano.

Compreendendo o papel familiar na perspectiva de construção de um espaço igualitário e de respeito, o Estado também assume um papel preponderante através da oferta de educação, assim como no desenvolvimento de uma cidadania digna para todos, todavia, se torna evidente o cenário entre teorias e práticas, que nem sempre se concretizam como se evidenciam a realidade dos sujeitos.

Compreendendo esse aspecto, surge questionamentos acerca do papel do Estado para com a educação, onde este não oferece suporte para que a família consiga transformar essas ações de exclusão em atitudes afirmativas de inclusão. O Estado além de disponibilizar a educação, deveria trazer uma extensão mais concreta do campo familiar para o educacional, promovendo uma educação não somente voltada para a qualificação profissional, mas para a construção de uma sociedade socialmente e culturalmente desenvolvida.

Entretanto, percebe-se um despreparo na construção de respeito e inclusão, não somente para com pessoas que tem algum tipo de deficiência, mais para a diversidade

cultural, religiosa, étnica, econômica de uma dada sociedade em um contexto de sociabilidade, e mais precisamente em um espaço onde deveria ser a base de formação de um ser humano: A família.

Está possui um papel fundamental nas formas de organização social, tornando-se a principal referência durante o desenvolvimento de um sujeito, todavia, as dinâmicas presentes na sociedade atual contribuem para a formação de arranjos familiares que por inúmeros fatores e condicionantes, tornam-se disfuncionais, ocasionando em um despreparo para a criação e desenvolvimento de uma criança, podendo acarretar comportamentos como: discriminação, preconceito e violência, dentre outras condições que prejudicaram sua personalidade e interação para com a sociedade.

A família nesse contexto, representa a base de construção de uma dada sociabilidade, sendo sua funcionalidade ou disfuncionalidade determinante para conceber a maneira como essas crianças passaram pelo processo de interação social. Está deve cumprir suas funções básicas de formação, integrada as condições e aos fatores de cada momento, contribuindo para a tomada de consciência, crescimento e aprendizagem.

Em seu artigo Família e Escola, Di Santo (2006, p.2) evidencia que atualmente a família vem se desresponsabilizando de seu papel na educação, transferindo sua responsabilidade para a escola, no que se refere a transmissão de princípios éticos e valores morais, no cuidado com a higiene pessoal, nas boas maneiras e na forma de comportamento a serem seguidos, alegando falta de tempo, para que além de cuidar, possam ensinar. Justificam-se no sentido de que é função da escola o ensino. Evidentemente há uma falta integração entre esses dois sistemas no que se refere as responsabilidades relativas ao aprendizado das crianças.

A parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar. Afinal, por que até hoje em pleno século XXI a escola reclama da pouca ou insignificante participação da família na escola, na vida escolar de seus filhos? Seria uma confusão de papéis? Onde estaria escondido o ponto central desse dilema que se arrastam anos e anos? (GARCIA, 2006, p. 12)

Nesse sentido, é essencial que a família se torne parte integrante do contexto em que o aluno está inserido, compreendendo-se que a mesma exerce grande influência sobre a vida dos indivíduos, assim como também se torna fundamental que os

educadores não só trabalhe com a educação dos alunos, mas também exerça a função de conscientização no desenvolvimento familiar, de forma que está se torne um agente determinante no processo de inclusão dos alunos.

A conscientização da família, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial. Também a conscientização dos educadores não só em saber trabalhar com o aluno, mas também em promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente ativo no processo de integração/inclusão, deve ser buscada. (LOPES; MARQUEZAN, 2000, p. 01)

A partir desta relação mútua entre família e escola, torna-se possível a construção de um suporte na relação ensino/aprendizagem do aluno, onde ambas se complementam através de uma parceria na educação e na construção valores, contribuindo significativamente para a formação do caráter da criança, para a sua socialização e para aceitação das diferenças no ambiente escolar.

O cenário atual de diálogos e reflexões acerca do processo de inclusão dentro das escolas, possibilitam uma relação de envolvimento por parte de pais, alunos e professores no que se refere ao enfrentamento da intransigência e da indiferença, para que o ensino de qualidade seja algo possível ao convívio da heterogeneidade e individualidade dos alunos.

É necessário uma conscientização por parte de todos os alunos, compreendendo as diversidades e especificidades de cada um, sabendo-se que até um aluno com deficiência possui as mesmas necessidades que outros alunos considerados normais, é nessa mesma linha de raciocínio que não se deve haver discriminações e processos de segregados diante de uma sociedade que prisma pela igualdade:

Portanto, é preciso que todos (família/sociedade/escola) tenham consciência de que alunos da Educação Especial: são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que outros alunos e não se pode confiná-los num mundo à parte. (TANAKA, 2010, p. 116)

No entanto, percebe-se que há um longo caminho pela frente, pois a sociedade encontra-se despreparada para assumir um papel concreto de inclusão, sendo necessário a construção de um trabalho coletivo em torno da integração/inclusão. Nesse cenário a família, exerce uma importância significativa no contexto em que o aluno está inserido,

pois sua influência consegue atingir aspectos fundamentais no desenvolvimento de cada criança. Bem como, a essencialidade dos educadores no trabalho com o aluno, assim como no desenvolvimento familiar de forma que está exerça seu papel no processo de inclusão.

A inclusão tem como objetivo fundamental oportunizar melhorias no que diz respeito as potencialidades de cada aluno nos diferentes níveis de ensino. Inserindo tais estudantes na educação infantil até a formação em nível superior, dessa forma melhora seu aprendizado, assim como suas relações afetivas e sociais. A educação se estabelece enquanto processo de inclusão, para que as exclusões sejam eliminadas, como expressa-se por Dall’Acqua e Vitaliano (2010):

(...) a educação inclusiva diz respeito ao acolhimento a todas as pessoas que apresentam alguma condição considerada como uma “diferença” ao padrão estabelecido socialmente como desejável ou “normal”, que foram historicamente excluídas da escola. (p.24)

Por tanto, torna-se necessário construir novas mudanças que promovam a qualidade e o bem estar desses alunos, trazendo a escola como um espaço de inclusão e respeito as diferenças, refletindo-se essa questão Bergamo (2009), evidencia que uma escola se torna inclusiva quando há respeito em torno dos aspectos particulares de cada aluno e percebe as qualidades que este tem a oferecer; quando constrói seu trabalho de forma a contribuir para a aprendizagem, enxergando o aluno como um sujeito que faz parte desse processo e contribui para que o mesmo aconteça. E a partir do momento que o professor cria oportunidades de igualdade, envolvendo-a na construção de cidadania, ele se torna mais consciente de suas ações e compromissos mediante a igualdade de oportunidades, no que concerne a elaboração de uma educação mais inclusiva.

Compreendendo o papel familiar no que se refere a construção de um processo mais inclusivo, a Declaração de Salamanca (1994), vem ressaltar a importância nos processos de planejamento e tomadas de decisões direcionadas para o provimento de serviços e ações voltadas para as pessoas com deficiências, onde pais, comunidades e organizações devem se engajar nesses processos. A declaração evidencia também que não só as escolas inclusivas possibilitam igualdade e oportunidades de participação, a resultância desta linha de ação requer um estímulo de pais, colegas e voluntário.

A declaração de Salamanca(1994) vem estabelecer a necessidade de uma parceria entre família e professores com o objetivo de aumentar as lutas para o processo de inclusão, para que esta possa ocorrer da melhor forma possível. Sem essa parceria a qualidade de envolvimento necessário para assegurar ganhos na educação não seria possível. Segundo a mesma, o papel familiar tem sido cada vez mais valorizado, pois este tem a capacidade de construir uma parceria que contribua para a integração da pessoa com deficiência no ambiente social e escolar, sendo estes os mais próximos e compreendedores das necessidades de seus filhos, devendo buscar por uma educação que eles considerem mais favorável.

É imprescindível e inquestionável a necessidade de um contexto familiar que opere na construção de uma educação para a diversidade, para construção de respeito às diferenças na escola e que atue de forma recíproca junto com os professores, no que se refere à mediação do respeito aos valores e às diferenças sociais e escolares, para que o aluno em pleno processo de desenvolvimento, assuma, compreenda e respeite essa diversidade que é fruto de uma sociedade que pontualmente excluía, mas que aos poucos está construindo uma sociedade igualitária e inclusiva.

1.3 MEIOS DE INTEGRAÇÃO PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO: EQUIPAMENTOS E CAPACITAÇÕES PROFISSIONAIS NA RELAÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE UM ESPAÇO EDUCACIONAL MAIS INCLUSIVO

O contexto atual tem evidenciado a precariedade nas etapas de ensino e particularmente a carência de formação de profissionais, de recursos pedagógicos, de equipes multidisciplinares como: psicólogos, terapeutas, assistentes sociais, fonoaudiólogos, de salas para professores de apoio, de planos didáticos eficazes, ou seja, de estímulos que auxiliem nesse processo de inclusão, acabam por ocasionar em uma realidade de inclusão escolar sem meios efetivamente eficientes, pois a exuberância dessas novas estratégias por muitas vezes não saem do papel da forma que era almejada a princípio.

Lembrando-se e tomando como ponto de partida reflexiva, de que o princípio fundamental que rege uma sociedade inclusiva é aquele onde todas as pessoas com deficiência têm o direito de terem suas necessidades especiais atendidas, pois é no acolhimento a essa diversidade que se constitui a dita democracia. Diante dessas premissas, evidencia-se que a primeira mudança a se construir em torno da resolução dessas problemáticas, encontra-se voltada para a transformação de uma visão social.

Sendo desta forma, necessário um trabalho de sensibilização por parte dos grupos e instituições, proporcionando uma conscientização e trazendo assim um grau efetivo de compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência junto a toda sociedade. Entendendo segundo Guimarães (2004) que no processo de inclusão não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que essa possa modificar-se para transformar e proporcionar a inserção desta no ambiente de aprendizagem.

Outra forma de elaborar uma visão mais inclusiva da sociedade, é através das capacitações profissionais, não apenas no âmbito educacional, mas em todas as áreas onde pessoas com algum tipo de deficiência serão atendidas; na construção de projetos que inovem e ampliem o atendimento dessas pessoas e principalmente que haja uma propagação da Declaração de Salamanca, assim como outros documentos similares, divulgando as leis e informações acerca das necessidades de pessoas com deficiência, colocando em pauta a importância de sua integração na sociedade. Nesse sentido, as formações e capacidades profissionais podem contribuir para a elevação do nível de consciência dos alunos e, conseqüentemente, constituir sua própria autonomia em seu fazer profissional (COSTA, 2013)

O segundo passo para que ocorra a inclusão social, é a inclusão no ambiente escolar, pois a partir do momento em que crianças com deficiência ingressam nas escolas, terão obrigatoriamente que participar da dinâmica escolar, integrando-se por meio de três momentos diferentes: O local de aprendizagem, sua relação com o professor e seu convívio com os demais alunos. Montoan (2006) vem considerar que o ambiente mais propício para promover um relacionamento entre os alunos e contribuir para desconstrução de formas discriminatórias e na escola.

A inclusão escolar deve iniciar-se a partir das reflexões, das adequações e dos levantamentos de possibilidades necessárias ao envolvimento e desenvolvimento de todos os alunos no geral, e particularmente daqueles que possuem necessidades educativas especiais. Por tanto, torna-se necessária ter uma visão ampla do ambiente que proporcionará um ensino de qualidade desses alunos.

Analisando se há um apoio pedagógico para a estimulação de aprendizagem; se há acompanhamento suplementar; se existe recursos audiovisuais; se há acessibilidade para a eliminação de barreiras; se os currículos e estratégias de ensino se adequam a realidade desses alunos, pois como aponta Fernandes (2007) “[...] são mudanças altamente indispensáveis, sedo estas mudanças estruturais que implicam a retirada de barreiras, materiais e físicas e a

sistematização de alicerces e aparatos materiais e humanos, para que desta forma haja uma participação social igualitária, de oportunidades e condições

A verdadeira integração só acontece quando há uma relação mutua entre professor e aluno, onde esses educadores e especialistas de educação nas escolas, tem aprofundamento sobre o que é deficiência, seus principais tipos, características, causas e as necessidades educativas que cada deficiência possui. Os educadores precisam ter noções sobre essas questões que envolvem os alunos com deficiência, um visão ampliada fornecida pela formação acadêmica.

Ainda hoje, percebe-se o déficit das escolas e universidades, que não formam seguindo uma linha de ensino que traga a temática “deficiência” para seus currículos. É necessário que aconteçam mudanças significativas, transformando a realidade para a inclusão de fato.

Em quatro anos os professores não são totalmente preparados. Somente a preparação básica pode ser obtida em tão pouco tempo (...). A eficácia dos programas para os deficientes mentais educáveis pode estar mais relacionada às características pessoais, flexibilidade e criatividade do professor do que a um método específico de ensino. (FITZGIBBON apud MAZZOTA, 1993 p. 49).

É de fundamental importância que os professores passem a ter consciência das necessidades educativas especiais, procurando os pais ou responsáveis para uma conversa aberta sobre este assunto tão necessário, para que desta forma se tornem conhecedores da história de vida seus alunos, conseqüentemente possam ser desenvolvidas estratégias que estimulem a relação família-escola. Em relação a isso Stainback reforça:

Apenas com o estabelecimento de uma boa relação entre escola e família é que as propostas educacionais relativas à formação de cidadãos nos dias de hoje poderá acontecer. As diferenças entre os alunos devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos os alunos da classe conseqüentemente a educação inclusiva torna-se um meio privilegiado para alcançar a inclusão social. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído. (STAINBACK, 1999).

Os educadores também devem buscar informações relevantes desses alunos com os respectivos profissionais, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos que estejam atendendo essas crianças, para que possam buscar métodos e estratégias de ensino mais acessíveis ao

desenvolvimento da comunicação, o desenvolvimento físico e especialmente ao fortalecimento das experiências sociais.

A relação de professor e aluno só acontece de forma integradora, quando não há visões fatalista e preconceituosas, cabendo ao professor desenvolver constantemente a relação dos alunos com necessidades educativas especiais.

Rogers (1971) afirma que tal comportamento melhora as chances do professor de viabilizar mudanças no comportamento do aluno, de modo que ele seja mais autêntico, assumindo, assim, uma consciência pelo seu processo educativo no sentido do seu comprometimento com as normas e regras para a realização do trabalho escolar. E portanto, não seja talvez uma das tarefas mais fáceis de se realizar, principalmente porque leva tempo e paciência, mas quando os resultados aparecem, torna-se uma experiência enriquecedora tanto para o professor, quanto para o aluno.

A relação entre os próprios alunos, trazem à tona diferenças e singularidades próprios de cada pessoa, as experiências e realidades vivenciadas por cada um advindos do ambiente familiar de cada um, a forma como são educados para lidar com as diferenças, as dificuldades e preconceitos em aceitar o outro exatamente como ele é. É necessário que cada ambiente escolar forneça as devidas orientações sobre a questão da deficiência e as formas de respeito e convivência que os alunos devem ter em um contexto de diversidade, o que não se torna fácil devido a um pensamento já construído inicialmente em uma relação familiar, mas é possível de se realizar desde que haja determinação em tornar o ambiente educacional em espaço de aprendizado e inclusão.

Compete a todos, de forma coletiva trabalhar o processo de inclusão, a desde teóricos da educação inclusiva, as famílias, as salas de apoio a pessoas com deficiência, aos profissionais das escolas regulares e as equipes multidisciplinares e de saúde, a função de promover de forma integradora, intervenções de potencialização dos meios e dos atendimentos, da geração de canais de comunicação, evidenciando a inclusão social como algo preferencial, iniciando-se muito antes do processo de inclusão escolar.

Também é preciso preparar-se para uma questão futura, já que a evolução tecnológica, acelera-se cada vez mais, trazendo influências e modificando processos educacionais. A tecnologia vem torna-se algo fundamentalmente importante para a estimulação da pessoa com deficiência, pois a renovação do saber e as formas de interação modernizadas favorecem para uma nova expectativa de educação para pessoas com necessidades educativas especiais – NEE. Nesse contexto Nicolodi (2013), ressalta a necessidade de refletir sobre as ações críticas no que diz respeito ao uso da tecnologia, surgindo a possibilidade de analisar as

potencialidades e as fragilidades destas, no processo de aprendizagem, enquanto forma de inclusão digital. Por tanto, é imprescindível criar serviços e propostas educativas flexíveis e abertas a inovações, para que o aluno com deficiência possa ter chances de aprender.

As tecnologias são uma parte de um processo muito mais rico e complexo que é gostar de aprender e de ajudar outros que aprendam numa sociedade em profunda transformação. Encontrando na educação novos caminhos de integração do humano e do tecnológico; do racional, sensorial, emocional e ético; do presencial e do virtual; da escola, do trabalho e da vida em todas as suas dimensões. (Moran, J.M., 2008, p. 53).

Para crianças com deficiência, que até pouco tempo não tinham muitos meios para aprender em sala de aula, traz um leque de possibilidades proporcionada pelas novas tecnologias facilita o seu acesso ao conteúdo educativo. Há algumas décadas, era impensável juntar crianças deficientes e alunos regulares em um sistema comum de ensino. Hoje, com metodologias inovadoras, isso não só é possível como necessário para garantir que essas crianças se tornem jovens e adultos autônomos

Outra possibilidade para a intensificação das propostas de inclusão para as pessoas com deficiência é a criação de meios fortalecedores desses direitos, como o aumento de verbas públicas para projetos que atendam essas pessoas, e também que haja mais participações de entidades salvaguardando estes nos processos de tomada de decisão no atendimento a esse segmento da população.

Nessa questão a mídia tem um papel crucial na divulgação de ações positivas, na perspectiva de inclusão dessas pessoas com deficiência dentro do campo societário. A geração de grupos de mediação junto aos conselhos de defesa, que mostrem para o governo os acertos e os desacertos da inclusão social e escolar, dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente

CAPÍTULO II – A REALIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: PERCURSO E DESAFIOS ENCONTRADOS NA ATUALIDADE

O referido capítulo vem evidenciar a inclusão em seu contexto amplo de significações e como a mesma vem sendo contemporaneamente compreendida, suas percepções, seus anseios e desafios, mediante um contexto histórico que atravessa paradigmas, sendo este um

modelo que requer ressignificações e reformulações, para que assuma uma concreta relação com as necessidades atuais.

Em um segundo momento explana-se sobre os atuais arranjos e novos atores na participação e no desenvolvimento da sociedade, surgindo análises sobre o terceiro setor enquanto um espaço que vem ganhando visibilidade na sua relação com a sociedade, exercendo um papel preponderante de resposta as demandas sociais existentes, e em sua relação com a educação, onde este vem buscar novas formas de inovação, possibilitando um caráter mais qualitativo ao próprio contexto educacional, através dos projetos e das políticas sociais.

Por fim, evidencia a família enquanto um papel que ganha ênfase na sociedade enquanto processo de construção de uma cultura de aceitação e de pertencimento as diferenças presentes nas relações sociais. A família, representa o elemento fundante e transformador das relações entre o contexto familiar e a própria sociedade, a partir da ação mobilizadora da família torna-se possível a construção de uma inclusão mais efetiva.

2.1 INCLUSÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O DESFECHO OCORRIDO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A educação inclusiva vem sendo contemporaneamente compreendida por enfoques do senso comum, onde essas percepções vem trazer uma análise absolutamente errônea sobre a função que a inclusão vem desempenhar no interior da sociedade, sendo está percebida e direcionada para um único segmento, o da “educação especial” e mais especificamente para o contexto educacional, onde expressam-se interpretações limitadoras, particularizando algo que deveria ser de todos e singularizado suas ações frente a uma única parcela da população, o das “pessoas com deficiência”.

Não que esta parcela deva ser ignorada, já que torna-se a essência desta pesquisa, porém a maneira como o paradigma da inclusão vem sendo interpretado e que problematiza a importância deste no meio social, conduzindo a entendimentos descaracterizados.

A inclusão não é algo incorporado apenas para as pessoas com deficiência que se inserem no ambiente escolar, este é um modelo que se aplica aos mais diversificados espaços simbólicos e físicos de sociabilidade, assim como para incluir as pequenas minorias excluídas da vida social, econômica e política, sendo os idosos, homossexuais, negros, pobres e pessoas com deficiência (visual, auditiva, motora, mental, etc.). O processo de inclusão é

compreendido sobre a perspectiva de direito, de poder conviver em comunidade, e que esta comunidade possa estar preparada para acolher a diversidade, aceitar as diferenças e singularidades existentes, de um trabalho coletivo que a promova a igualdade em todos os espaços sociais (BRASIL, 2001 p. 13).

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente, prepará-las para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 3).

Por outro lado, a educação especial é o espaço voltado para a educação e atendimento de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, que são preferencialmente ofertadas através do próprio ensino regular ou em ambientes especializados. Este modelo direciona-se para ações que possam atender as especificidades desses alunos, através de uma organização do ensino, de modo que possa orientar e identificar os recursos, as redes de apoio para desenvolver uma formação continuada desses alunos.

Na educação regular este modelo de ensino vem promover uma articulação com as salas de aula de forma a complementar o próprio sistema educacional, para que as pessoas com NEE possam ter um suporte mais qualificado, amparados por serviços e recursos que potencializem a relação de ensino-aprendizagem dos alunos, para que estes não se desestimulem devido a um ensino que não contemple suas reais necessidades.

[...] a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 7).

A trajetória percorrida para chegar ao modelo de inclusão ao qual presencia-se no contexto atual foi marcado por diferentes concepções e contornos. Para vivenciar este processo que busca através da inclusão respeitar as diferenças existente na sociedade, foi necessário superar uma serie de paradigmas e interpretações. Durante um longo período evidenciou-se práticas de rejeição, intolerância e discriminação, mas durante o século XX os princípios norteadores das práticas inclusivas ganharam força, mas isso não significa que

todos os obstáculos já tenham sido superados, mas as linhas no processo para as ações inclusivas já foram assumidas pela sociedade.

Nesta perspectiva o Brasil passa a adotar o paradigma da inclusão, transformando as práticas e as políticas em atitudes concretas no processo de garantia a uma educação de qualidade e a oportunidades no mercado de trabalho, para que estas pessoas se reconheçam enquanto agentes do seu próprio destino, e não mais como pessoas consideradas incapacitantes.

Desta maneira a pessoa com deficiência passa a participar efetivamente nas relações de ensino e de trabalho, de maneira a se tornarem cidadão conscientes de suas potencialidades, sendo assim, a inclusão vem estabelecer uma sociedade mais ampla, buscando atender necessidades, como qualidade de vida, desenvolvimento, autonomia, equidade de oportunidades, e direito para todos os indivíduos sociais, que de certa forma, e em algum momento da sua vida, passaram por alguma situação de desvantagem com relação aos outros sujeitos da sociedade (Passerino; Montardo, 2007, p. 5).

A educação inclusiva tem como princípios: a aceitação das diferenças com ênfase nas potencialidades; a valorização da diversidade humana; o respeito mútuo; o direito de pertencer versus o status de pertencer; o aprendizado cooperativo e a confiança no aprendizado mútuo entre os estudantes. Esse novo entendimento destaca a pessoa como um todo em relação aos fatores contextuais e do meio, ressitua-a entre os demais e rompendo o isolamento. (VALENTINI; BISOL, 2012, p. 14)

Por lei a inclusão torna-se um processo legalmente garantido via espaços educacionais e sociais de todo o país, todavia a realidade cabe por apresentar outras conotações fatalistas presentes no cotidiano de integração, evidenciado que a mesma passa longe do que constitui-se como um alcance concreto e efetivo.

É notório salientar que nem todos os espaços educacionais são preparados para proporcionar a acessibilidade necessária, no que se refere a espaços estruturais e recursos materiais para facilitar um espaço amplamente inclusivo, assim como o amparo em todos os níveis educacionais, considerando que os alunos devem estar resguardados em todos os momentos que lhes forem necessários, já que a inclusão é um direito, e como tal, deve estar em pleno vigor, independentemente dos fatores circunstanciados.

A educação inclusiva torna-se um movimento que requer mudanças no interior de uma sociedade e suas instituições para que possam reconhecer as diferenças e singularidade de

todos os sujeitos que compõem as relações sociais, cabendo a esta repensar suas práticas que ainda apresentam fatores excludentes.

Apesar das grandes mudanças ocorridas no interior da sociedade, através de paradigmas, das transformações sociais e do amparo legalmente conquistado, o preconceito e a despreparação de toda uma sociedade são atenuantes ainda recorrentes na atualidade. A partir do momento em que a sociedade despertar para esses novos arranjos sociais, e compreenderem a importância da inclusão é que está se efetivando de fato.

Todavia, torna-se necessário compreender que esta mesma sociedade, possui uma imensurável diversidade cultural, religiosa, linguística, étnica e biológica, ou seja, esta é quem deveria representar a própria relação de pertencimento, de aceitação e respeito ao que considera-se diferente, porém a realidade expressa-se de forma contraditória, ser diferente é normal, mas aceitar as diferenças é algo seriamente incompreensível e incompatível com uma sociedade tão rica e heterogênea.

Desta forma, evidencia-se um distanciamento entre o que se afirma e o que se materializa nas relações que se constituem-se como diversificadas, em uma sociedade que prega pela liberdade e pela igualdade, constroem-se muros que impedem o próprio desvelar destas relações, utilizando-se de posicionamentos excludentes e discriminatórios para repelir algo que não aceita-se como normal.

Assim sendo, entende-se que a inclusão nos dias atuais não deixou de ser um grande desafio, as mudanças em torno do que compreende-se por sociedade, por educação e por inclusão tornam-se cada vez mais imprescindíveis. A própria relação de inclusão requer novas atitudes, novas formas de construir um espaço de interlocução com a sociedade, de forma que a mesma possa se despir de preconceitos e passe enxergar a relevância da inclusão para a construção de uma nova sociedade.

2.2 POLITICA DE EDUCAÇÃO E TERCEIRO SETOR: TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA A SOCIEDADE CIVIL

O cenário atual tem se tornado palco para imensuráveis transformações colocando em evidência novos arranjos e novos atores na participação e no desenvolvimento da sociedade, e nesse mesmo cenário tem surgido consideráveis discussões sobre o que caracteriza-se como a emergência do “terceiro setor”.

No tocante a esta relação com o terceiro setor, alguns autores evidenciam formas de conceitua-las para torna sua compreensão mais acessível ao seu próprio ingresso no cenário social, apesar de ser algo que não possui uma definição exata que traga clareza sobre seu papel, pois a mesma constitui-se como um setor novo que ainda está em processo de construção.

Por tanto, para Fernandes (1994, p.21) sendo um pesquisador que se aprofundou neste tema, este vem considerar que “o terceiro setor é um conjunto de iniciativas privadas e organizações não-governamentais que buscam produzir recursos e serviços com fins públicos, sendo esta a parte que caracteriza-se como algo positivo ,que evidencia uma dupla capacidade: a primeira diz respeito às próprias respostas dadas a sociedade, respondendo as necessidades de toda uma coletividade e a segunda e se refere a não geração de lucratividade”.

Ou seja, o terceiro setor tornasse-se um elemento que constitui-se como um aparato das próprias necessidades sociais, de forma a complementar e até mesmo substituir as ações do próprio Estado. Desta forma compreende-se as duas faces do terceiro setor no contexto nas novas relações sócias, se por um lado ele se encaixa precisamente nos interesses do poder estatal, para suprir e remediar a própria ineficiência do mesmo, por outro lado as organizações não governamentais representadas pela sociedade civil estão exercendo cada vez mais influência sobre a própria construção de uma sociedade consciente, autônoma, que busca em sua própria cultura, uma forma de transformar sua própria realidade.

O terceiro setor conceituara-se para ROTHGIESSER (2002, p.2) “como ações do setor privado sem o objetivo de lucrar, na qual essas referidas iniciativas localizadas na esfera pública não são realizadas pela intervenção do Estado, mas sim pela coletividade, onde os cidadãos participam através da cooperação e do voluntariado, buscando por interesses que atendam às necessidades da sociedade”.

Contudo, o conceito mais aceito sobre a compreensão do terceiro setor reflete-se através das análises de GONÇALVES (1999) onde retrata-se uma esfera pública, que não pertence ao Estado, formada pela determinação das ações voluntarias, que não buscam o lucro, mas ações que ajudem a coletividade por meio do bem comum.

Esse tema tem sido algo amplamente discutido pela parcelas da sociedade civil organizada e mais precisamente no campo das ciências humanas, tomando grande expressividade, já que seu papel acaba por equilibrar a falta de atuação do Estado mediante a resolução das demandas. Todavia, quando se trata do cenário educacional, as discussões são bastante reduzidas mediante sua pratica nessa esfera.

O terceiro setor tem ganhado tanto visibilidade quanto responsabilidade na sua relação com a sociedade, já que está vem exercendo um papel preponderante de resposta as demandas sociais existentes. Este torna-se resultado da própria incapacidade do poder público, assim como também é um produto oriundo da própria sociedade organizada, que anseia por mais qualidade de vida.

É cabível de registro que, a partir do momento em que se vivenciava a crise fiscal do Estado, nos anos de 1970 e 1980, neste mesmo período também constituía-se o que compreende-se como “reforma do Estado”, surgindo várias mudanças na sua própria relação, da qual decorrem os reajustamentos dos gastos do Estado, a reforma tributária tanto das leis trabalhistas quanto da própria previdência, a privatização de empresas públicas e a redução dos gastos com a área social, nesse momento retira-se da esfera do estado um agrupamento de instituições ligadas a área social, como previdência; saúde e assistência, assim como a própria educação pública, explicitado por ”MONTAÑO (2007), p.218-219) que vem acrescentar que:

Este processo de verdadeiro “recorte” dos recursos que financiam programas estatais na área social tem sido visto como um fenômeno natural e/ou necessário (de modernização estatal), dada a dita crise fiscal e a ineficiência (sic) do Estado, mas que tem sido acompanhada de um crescimento da intervenção da sociedade civil nessa área. Tem sido visto, portanto, como um processo de “passagem” da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social (p. 222).

Convém ressaltar, que o que era compreendido como “reforma”, na verdade caracterizava-se mais como uma estratégia do neoliberalismo para que este se perpetuasse na sociedade, e é justamente a partir desse momento que o Estado minimiza-se no que compete suas ações voltadas para o social e maximiza-se para as relações econômicas do capital.

É nesse processo de recorte de gastos que se constrói um espaço para a atuação do terceiro setor, que a partir da logica posta pelo neoliberalismo, é que se colocam as expressões da questão social compreendendo esta como uma responsabilidade de todos. É nessa perspectiva que surgem as ONGs, entidades filantrópicas, grupos de apoio, assim como tantas outras instituições que compõem o terceiro setor.

É perceptível que a suposta insuficiência dos recursos provocados pela dita “Crise do Estado” tornaram-se uma resposta ideologicamente utilizada, para justificar a desresponsabilização do Estado para com o social.

Refletir-se sobre as práticas que o terceiro setor acabam por conduzir a um eixo no qual este segmento não-governamental acaba adquirindo um papel de política pública na

esfera das relações educacionais, inserindo-se em um espaço onde somente o Estado anteriormente era responsável por modificar, e nessa perspectiva surge o que compreende-se como responsabilidade social, desse modo comercializa-se os serviços para a população de um lado, e por outro as entidades do terceiro setor passam a ganhar mais espaço.

Na região do Cariri as relações com o terceiro setor ganham contornos mais expressivos, onde a mesma passa a ter um papel preponderante não somente na resolução das demandas, mas passa a ganhar um papel de referência no resgate da cultura popular nordestina, com trabalhos voltados a arte, reciclagem, meio ambiente, geração de renda, educação, dentre vários outros que passam a dar novo sentido a realidade de muitos, ressaltando novas formas de construir possibilidade, dando visibilidade para a própria riqueza regional.

A Fundação Casa Grande torna-se um exemplo positivo de desenvolvimento e empoderamento através do terceiro setor, esta prosperou através de um exuberante trabalho com a preservação das tradições locais, criando modelos próprios de gestão e tornando-se referência de educação, de trabalho em comunidade e de preservação do patrimônio cultural, no Ceará. Seu trabalho direciona-se para a educação social e cultural, de crianças, jovens e de toda a família, transformando a realidade de toda a comunidade. Esse espaço se torna um novo universo que amplia as chances de crescimento e desenvolvimento através da própria educação, onde a inclusão tem a possibilidade de expandir e se concretizar.

A partir desse cenário se coloca uma nova forma de intervir do próprio Estado, onde por um lado ele passa a responder as expressões da questão social, através de uma precarização por via das políticas públicas que são ofertadas gratuitamente, por outro lado se coloca em evidencia a mercantilização dos serviços por meio de mercadorias.

Outra forma apontada é a resolução das demandas por via do terceiro setor, isso ocorre pelos impasses encontrados no que concerne a falta de assistência do Estado e por conseguinte, a falta de condições financeiramente capazes de arcar com os serviços prestados pelo mercado. Destarte, essa responsabilidade é repassada para a sociedade civil organizada, respondendo as demandas a partir da filantropia, onde constata-se essa afirmativa pelas reflexões de Alencar (2009) que ao dizer que:

Nesse ponto, aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da "autonomia", "solidariedade", "parceria" e "democracia", enquanto elemento que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a Despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabilização do Estado e responsabiliza os sujeitos

sociais pelas respostas às suas necessidades. [...] Nesse contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade” (ALENCAR, 2009, p.455-456).

Partindo dessa premissa, observa-se grandes mudanças ocorridas no interior das relações Estatais para com as políticas públicas, e mais especificamente na atuação via políticas sociais, resultante das recomendações dadas a gestão estatal, onde as esferas privado e pública passam a exteriorizar novas significações, nos anos de 1980 a 1990 com a reforma que se encarregava de reformular as ações do Estado minimamente atuante. E para que esta reforma fosse executada de forma concreta, devido as recomendações do Plano Diretor, seriam necessário seguir cinco diretrizes fundamentais: Institucionalização, Racionalização, Flexibilização, Publicitação, Desestatização (COSTA,2010).

As políticas ofertadas pelo governo, a partir da década de 1990 conduziram cooperação entre a esfera pública e o setor privado, onde o terceiro setor passa a materializar-se através de características focalizadas, descentralizadoras e setORIZADAS das políticas. Neste momento histórico a legislação que rege a sociedade passa a ganhar caráter institucionalizante, e a educação passa a ser influenciada pelas reformas ocorridas na época.

[...] sob essa perspectiva, de modo mais sistemático a partir de 1995, vem sendo postas em prática reformas educacionais que alteram substantivamente as funções econômicas e político-sociais da escola brasileira. Essas reformas têm por finalidade formar, no espaço nacional, intelectuais urbanos de novo tipo, ou seja, especialistas e dirigentes que, do ponto de vista técnico, possam aumentar a competitividade e produtividade do capital [...] (NEVES, 2004b apud NEVES, 2005, p.104).

Desta forma, além das reformas deslocarem as políticas públicas de atendimento as camadas sociais para as instituições que fazem parte do terceiro setor, também inserem o sistema educacional a esse processo, incluindo-se na despreocupação do Estado para com essas políticas. Desse modo, o terceiro setor passa a atuar ideologicamente na resolução das demandas sociais, onde o Estado transfere sua responsabilidade para a sociedade civil, com objetivos altamente compensatórias, remediando-se as atividades sociais, cuja a falta do Estado fez com que as mesmas tornassem-se precarizadas, de acordo com (MONTAÑO, 2001).

Com isto, a reforma educacional ocorrida no cenário de reconfiguração do Estado busca uma educação mais “flexível” e “descentralizada”, cabendo-se ao Estado, um papel de mero fiscalizador das políticas educacionais. Desta forma, a educação passa a descaracterizar-se enquanto direito e passa a ser concebido enquanto um serviço.

Esses novos direcionamentos tomados pela hegemônica relação de poder, não refletem ações que priorizam a correspondência com a democracia, que priorizando uma participação social, econômica e política mais efetiva, nessa perspectiva a idealização hegemônica se traduz em práticas sociais impostas pela classe dominante.

Contudo, atualidade vem expressar uma sociedade altamente expressiva, mobilizadora e participativa nas diversas esferas sociais, norteando-se recorrentemente por melhores condições de vida, promovendo-se assim, por intermédio do terceiro setor, um espaço também de anseios de cooperatividade entre os sujeitos que compõem a sociedade. O terceiro setor tem ocupado a nível mundial, um lugar de destaque, formulando-se assim, um papel representativo na dinâmica social.

A partir desse panorama abrangente, Salomom(1997) vem afirmar que, o que se verifica no mundo inteiro, é a efervescência do terceiro setor, no que concerne sua relação de promoção de atividades, cujos objetivos, estão ganhando visibilidade, ao mesmo tempo em que se reafirmam enquanto instituições que contribuem na promoção de serviços de saúde, de atendimento ao idoso, de apoio aos movimentos populares, resguardando os direitos humanos, protegendo o meio ambiente, colaborando com a educação, almejando a conquista de direitos sociais.

Contudo, deve-se compreender que as organizações sociais surgem com o propósito estratégico de reformar o Estado, por vias da própria publicitação, onde há produção sem a geração de lucros com as atividades do terceiro setor, criam bens e serviços que não são exclusivamente da responsabilidade do Estado, ou seja, gera-se um novo modelo de administração pública, onde Estado e sociedade criam parcerias estratégicas, para minimizar a própria ação Estatal, tornando a sociedade civil parcialmente responsável pelas demandas sociais, desta forma as atividades são transferidas para o terceiro setor.

Existe uma importância considerável no tocante a relação do terceiro setor com a educação, já que este busca novas formas de inovar, de experimentar e possibilitar um caráter mais qualitativo ao próprio contexto educacional, através dos projetos e das políticas sociais. A atuação da mesma vem repercutindo nas próprias relações de conscientização da população, fazendo esta ingressar em um espaço mais participativo, mais atuante no que se refere a

mudança da própria realidade, movimentando ideias, percepções e produzindo novos contextos até mesmo de prospecção pessoal.

Ou seja, há um movimento contínuo que faz com que sujeitos em situações de estagnação, que estão a mercê de políticas fragmentárias e focalistas, adentrem em um universo chamado educação, não somente curricular, mas também de compreensão de mundo. As instituições do terceiro setor estão ampliando um leque de possíveis ações frente às problemáticas da sociedade.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO ANSEIO DA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na sociedade contemporânea o fator “familiar” ganha ênfase no processo de construção de uma cultura de aceitação e de pertencimento às diferenças presentes nas relações sociais, ao passo em que a família passa a ser desvalorizada, esta dinâmica também passa a afetar a integração da pessoa deficiente no contexto de sociabilidade e interação social.

Esta representa o sustentáculo de desenvolvimento do indivíduo, tornando-se o principal grupo de convívio que descortina a realidade e expõe este a uma diversidade de culturas e informações que irão direcioná-lo à formação de uma identidade. A família é considerada um sistema complexo de relacionamento da qual decorrem interações que possibilitam a construção de um ambiente saudável ou não para os sujeitos que compõem essa dinâmica.

É evidente a relevância exercida pelo papel familiar na vida de uma criança, na qual Buscaglia (1997) vem salientar que esta representa uma força social que exerce uma ação essencial na constituição de comportamentos e personalidades. É uma relação mútua entre os componentes familiares, onde a influência torna-se um elemento precursor desta interação, onde cada mudança ocorrida no seio familiar atinge amplamente ou especificamente cada membro desta relação.

A família ainda hoje constitui-se como o principal meio para socializar-se, uma vez que ela se torna a principal referência nos primeiros anos de desenvolvimento de uma criança, onde esta passa a incorporar valores, condutas e ideias constituídos no seio familiar, segundo os apontamentos de Vieira (2007).

O contexto familiar também torna-se palco de discussões mediante sua constituição enquanto categoria afetiva que anseia por um descendente, onde segundo Amiralian (1986) o propósito de se conceber um filho influencia-se diretamente pela pretensão de realizar um sonho, na qual a criança representara um desejo a ser realizado.

As expectativas em torno da geração de uma nova vida são imensos já que está ocasiona em uma reestruturação familiar, dando início a um processo de preparação de um espaço, tornando-o mais acessível a chegada de um novo membro, processando-se assim, uma reorganização no campo emocional, nas relações comportamentais, econômicas e sociais. Por tanto, o papel familiar caracteriza-se tanto pela dimensão afetiva, quanto pelo possibilidade da chegada de um novo ser ao contexto familiar.

Essa nova jornada vem afetar diretamente o imaginário da família com relação a chegada de um novo integrante, fazendo estes idealizarem as possíveis características que essa criança poderá possuir como: sexo, gostos, escolhas, sendo naturalmente aceitável projetar os desejos nos filhos, a partir de determinados pensamentos que denotam a inquietação em torno da aceitação deste pela sociedade, sendo comum pensar nessa criança por meio dos padrões que a sociedade impõem como sendo saudável e normal.

Assim também torna-se comum os medos ocasionados pelo processo da maternidade, onde o receio em gerar uma criança que possua algum tipo de deficiência acabe por afetar sua aceitação pela sociedade, na qual suas limitações não se enquadrem no modelo considerado o esperado. A partir deste momento, a família passa a tomar para si a responsabilidade de criar um ambiente favorável ao processo de inclusão, onde está criança possa se inserir socialmente, porém as dificuldades evidenciadas pela realidade tornam-se mais intimidadoras do que a própria aceitação social que se busca.

Quando se descobre esta realidade, que colocada sob o imaginário de uma sociedade, reflete pensamentos negativos relacionados a própria incapacitação, gerando uma relação de interdependência, de angustia e culpabilidade. A chegada de uma criança com deficiência acaba por despertar, mesmo que inconscientemente, sentimentos confusos, que podem afetar diretamente a maneira de ser da mesma.

Evidencia-se através das reflexões de Lopes (1995, p 25) que a chegada de uma criança deficiente ocasiona tensões nas relações familiares e os papeis que estes representam, assim uma criança com deficiência fomenta a desconstrução e a auto reconstrução das relações familiares para que esta possa processar as novas informações de forma a acolher esse novo membro.

A partir deste momento, a família percebe as reais necessidades, considerando que esta deveria se adaptar as novas formas de cuidado e criação, assim a criança também passará por consideráveis mudanças no processo de adaptação, que fará a mesma se socializar em seu cotidiano com as diversas situações que exigiram de si tomadas de ações diferenciadas.

Compreende-se que a família nessa nova jornada de desafios deve buscar um novo espaço para a construção de uma inclusão social que se faça presente nesses percalços que a criação de um filho com deficiência o em uma sociedade que apesar das grandes mudanças vivenciadas em prol da construção de um espaço mais inclusivo, ainda hoje, não está preparada para constituir-se de fato como um espaço que inclui verdadeiramente a diversidade.

E nesse percurso a educação acaba adquirindo um papel essencialmente relevante nos processos de inclusão, pois a partir do momento que uma criança passa a adentrar esse espaço. A mesma passa a ter mais possibilidades de conhecer, de interagir e de construir seu próprio espaço.

A escola torna-se a porta de entrada para a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais para que essa possa dar conta de um papel tão relevante como este, é preciso que haja uma mudança no que configura-se como sociedade, a começar pela consciência de um povo, e a primeira instância que promotora dessa mudança é a família e por conseguinte a sociedade como um todo.

Todavia nota-se que as crianças estão se inserindo no espaço educacional com cada vez menos preparação, segundo os estudos de Vasconcelos (1989), e isso implica na própria despreparação da família no que concerne a sua forma de educar, de orientar seus filhos, na qual a maioria dos pais acabam por repassar alguns elementos constitutivos de seu papel para a própria escola.

Por tanto, reflete-se uma falta de parceria entre família e escola, onde gera-se uma confusão entre seus respectivos papéis, ocasionando em um desequilíbrio tanto no desenvolvimento de criança quanto na interação deste com o meio social, e este fato acaba por fragmentar a relação aluno e espaço educativo, e deste espaço como potencializador da própria inclusão social.

Mas, cabe analisar essas duas instâncias Família/Escola em suas singularidades, já que estas também possuem desafios a serem enfrentados. A Família que acaba por revelar dois lados da mesma moeda, onde por um lado existe a que possui uma criança com deficiência, da qual decorre uma nova forma de reestruturação para criação desta, acabando por exigir novas instruções e cuidados, tarefa que acaba por impactar a forma de viver de uma família, onde nem todos pais encontram-se preparados para criar uma criança com deficiência, cabendo a

eles se adaptarem gradativamente a esse novo ser, dotado de desafios, mas também de novas percepções.

Por outro lado, existem pais com filhos sem deficiência, mas que possuem a mesma responsabilidade de criarem e educarem seus filhos para a formação e desenvolvimento de sua identidade, cujos reflexos desta criação vão direcioná-los para uma interação saudável ou não com o meio social, ainda assim não tornado esta tarefa fácil.

Por tanto, compreende-se que toda família tem um papel preponderante a ser exercido na formação de um filho, no que se refere a aceitação de si mesmo, na aceitação do outro, e no respeito mútuo entre ambas as partes para que não só haja uma interação social, mas para que se construa uma inclusão de fato. Ou seja, o seio familiar torna-se o meio pelo qual crianças e adolescentes tem a possibilidade de aprender a lidar com os conflitos. A expressar seus sentimentos, é onde ele aprenderá a lidar com a diversidade (DESSEN; POLONIA, 2007).

E nessa perspectiva a escola também possui inúmeros desafios, assim como a família, onde a mesma deve trabalhar não somente o que constam nas normas e orientações da diretrizes curriculares que dão base para o planejamento curricular das aulas, mas que de acordo com Rego (1995, p. 118) a escola se torne um ambiente de transformações, de diversidade, de solidariedade e criatividade. Por tanto, a escola deve representar mais que um espaço educativo, deve ser um ambiente de questionamentos e que tenha capacidade para criar novas possibilidades para o processo de inclusão.

Contudo, a realidade evidenciada atualmente expressa uma educação voltada para uma lógica extremamente capitalista e direcionada para interesses econômicos e políticos onde a educação deve primar pela eficiência e pela lucratividade, ou seja, se as escolas seguem essa lógica que denota mais competitividade do que cooperação, como este espaço pode ao mesmo tempo em que gera pessoas para o sistema mercadológico, pode ser base concreta para inclusão?, principalmente no que se refere as pessoas com deficiência, já que estas possuem certas limitações, e que acabam sendo consideradas improdutivas em um sistema que busca rapidez e flexibilização, está aí uma relação que deve ser reavaliada e reconstruída sob bases mais contundentes.

Apesar desta relação deve-se compreender que ainda assim, tanto a família como a escolar representam uma base importante na constituição de uma educação inclusiva, estas devem segundo Monica Santos (1999) estabelecerem uma relação de compromisso, onde as responsabilidades não recaiam apenas sob um dos lados, mas para que ambas possam trabalhar mutuamente.

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades. (1999, p. 05)

Partindo deste pressuposto, considera-se que a família e a escola a partir do momento em que estas são responsáveis por influenciar direta ou indiretamente a formação de um indivíduo, estas também passam a partilhar das mesmas responsabilidades (REGO, 2003 apud DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22). Por tanto, essas duas bases de desenvolvimento humano são responsáveis por construir uma base sólida de formação e desenvolvimento de uma criança.

Todavia, sem a participação da família nesse processo as chances de uma inclusão tanto educacional quanto social se tornam mínimas, pois esta representa o elemento fundante e transformador das relações entre o contexto familiar e a própria sociedade, somente a partir da ação mobilizadora e da disposição da família em construir-se como um papel precursor da formação para a inclusão, é que haverá maiores chances de um ingresso no meio educacional e por conseguinte ao próprio meio social.

Diante da importância do papel familiar na colaboração para uma inclusão social mais efetiva através da própria educação, deve reorientar-se essa perspectiva para a criação de novas mudanças em torno da construção de uma educação inclusiva e uma sociedade inclusiva que possam reestabelecer uma nova relação de colaboração mútua para que desta forma, se promova uma educação e uma inclusão concreta e de qualidade para a diversidade.

CAPÍTULO III – INTERFACES DE UMA EDUCAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

O referido capítulo vem apresentar a possível finalização de um processo de pesquisa, onde por vias da própria metodologia aplicada, vem ressaltar o delineamento percorrido por esse estudo, que se pautou na relevância em compreender sociedade em seus aspectos mais subjetivos, e em seguida promoveu uma discussão acerca dos impactos da educação inclusiva, proporcionando um importante debate para o meio acadêmico.

Em seguida promoveu-se um diálogo com a inclusão de crianças e adolescentes por meio da própria linguagem musical, onde constatou-se que a educação torna-se um cenário capaz de promover mudanças, fazendo com que os processos educacionais sejam garantidos possibilitando a construção de uma noção cidadã de crianças que possuem deficiência, e assim, ocasionando em um senso de partilhamento dos direitos.

Por fim, procurou-se entender através dos resultados obtidos pelo processo da pesquisa a realidade vivenciada por uma parcela dessas minorias sociais, buscando-se compreender essa realidade a qual o processo de inclusão se instala e se o mesmo concretiza-se de forma efetiva.

3.1 DELINEAMENTOS DO PERCURSO METODOLOGICO: UM CAMINHO PARA SE ALCANÇAR OS RESULTADOS

A relevância desta pesquisa encontra-se pautada em um cenário de produção de conhecimentos, que torna a essencialidade das informações, um meio para compreender e desvelar realidades, desta forma torna-se o caminho para refletir a própria necessidade de conhecimento, aprofundando-se em nuances que revelam uma nova percepção de mundo.

Inicialmente a pesquisa apresentou-se por meio de estudos bibliográficos, com abordagem qualitativa, tendo como apoio o método dialético, e a entrevista semiestruturada como instrumento para coletas de dados, que foram aprofundados a partir de autores clássicos e contemporâneos da educação, com o objetivo de se fazer um debate acerca da fundamentação teórica, para que assim houvesse um respaldo na problemática de pesquisa, cujas técnicas permitiram enriquecer esta investigação através de livros e periódicos como artigos, monografias e dissertações que foram fonte para o processo de escrita desse trabalho.

Compreendendo-se que para Barros (2007) A pesquisa bibliográfica é aquela que se aplica tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos principiando-se a partir de informações advindas de materiais gráfico, sonoros e informatizados, que pode ser livros, revistas, jornais etc. Logo a pesquisa possuiu um alicerce que proporciona uma produção científica mais contundente, trazendo consigo notícias e informações nas quais possibilitaram recursos fundamentais para a execução da pesquisa.

A abordagem qualitativa tornou-se um elemento imprescindível para a pesquisa de forma a compreender a intersubjetividade dos sujeitos e suas relações, particularidades, preocupando-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado. “Ou seja, trabalha

com atitudes, crenças, valores, hábitos, representações, opiniões e aprofunda-se na complexidade dos fatos e processos particulares e específicos de cada indivíduo ou grupo”, Paulilo (1999,p.135-148).

Utilizou-se também as pesquisas descritiva e explicativa, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa, desta forma, a pesquisa descritiva visou-se descrever algo, para isso, fez-se uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo, e a explicativa tornou-se uma tentativa de conectar as idéias, de modo a compreender as causas e efeitos de determinado fenômeno.

A observação participante foi outra ferramenta a ser utilizada, na qual consiste em coletar dados através da inserção do pesquisador na vida cotidiana do grupo ou organização em estudo. A observação volta-se para a percepção das situações e comportamentos cotidianos dos investigados, através da conversação com alguns membros ou com todos Becker (1994).

A pesquisa de campo proporcionou outra agregação relevante para este processo, onde é nítido perceber a importância dessa vivência, pois é uma pesquisa que ocorre quando o pesquisador está em campo e pode observar o que ocorre naquele determinado local, ou seja, é por meio da observação, da proximidade com a realidade que se compreende as características presentes nesse contexto (BARROS, LEGFELD, 2007). Ou seja, é através da observação que se torna possível compreender como funciona o dia a dia dessas pessoas identificando os fenômenos sociais observáveis naquele local.

Também chamada de pesquisa-ação, é uma forma qualitativa na qual o participante trabalha explicitamente com, para e por pessoas em vez de estudar sobre elas. Com foco maior na geração de soluções para problemas do cotidiano (POPE e MAYS, 2009).

A entrevista semiestruturada foi escolhida devido ao fato de privilegiar a fala dos atores sociais, permitindo atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir á pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou em outros usos

das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano (MEDINA, 1986, p. 08).

A pesquisa bibliográfica foi inicializada no período de estágio supervisionado II (Durante os quatro meses), e finalizada com a pesquisa de campo durante os dias: 06, 07 e 08 de novembro de 2018, onde foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas com os pais do público-alvo da pesquisa desenvolvida, que são os usuários com deficiência, mais precisamente as crianças atendidas pela Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em Juazeiro do Norte – CE.

Compreendendo-se que este espaço se tornou referência para a referida pesquisa de campo, devido a interligação com o Núcleo de Apoio do Serviço Social, que foi o espaço de estágio, onde apreendeu-se novas demandas, e despertou-se inquietações referentes a alguns atendimentos, intervenções e até mesmo pela proximidade com o local que oferta serviços ligados a fisioterapia, odontologia, biomedicina, serviço social e psicologia a comunidade.

O universo da pesquisa encontra-se voltado para 32 crianças atendidas pela Clínica Escola, sendo a amostra representada por 38% desse público-alvo, o que equivale a 12 pessoas, doze pais que participaram da pesquisa, representando seus filhos, quanto a discussões pertinentes ao processo de efetivação da educação inclusiva.

Portanto o objetivo dessa pesquisa foi analisar essa realidade que se coloca enquanto processo de interpretação de uma dada sociedade e de suas especificidades, e em seguida promover um processo de discussão acerca dos impactos que a educação inclusiva, se efetivada de maneira concreta, pode levar há uma transformação na realidade dessas pessoas com deficiência, proporcionando um importante debate para o meio acadêmico. Sendo assim, um início para produções mais aprofundadas acerca dessa temática, levantando-se questionamentos mais amplos, que serão refletidos na realidade social.

3.2 LINGUAGEM DA MÚSICA: DIALOGANDO A INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Torna-se comum encontrar no cenário atual pessoas com características e singularidades extremamente distintas, que se distanciam nos moldes esperados pelas ditas relações sociais, que padronizam o ser humano de acordo com os próprios interesses. A histórica relação com as diferenças evidencia, espaços opressores da liberdade e igualdade, todavia, torna-se necessário salientar, que esta igualdade é algo que está na travessia de todos

os contextos sociais, sendo necessário enfatizar que a mesma torna-se o elemento fundante que expõe a diversificada cultura a uma propensa relação com a inclusão.

A música vem expor uma imprescindibilidade na relação de aceitação, de acolhimento a essas diferenças, para que essas se tornem presentes em um contexto de igualdade social, sendo importante dialogar, evidenciar, explanar de todos a formas, discussões plausíveis que possam adentrar o campo de percepção das pessoas, de maneira, que se esgotem todas as possibilidades de conscientização, é importante reconhecer que estes direitos refletem igualdade de oportunidades para todos

Eu sou do jeito que sou, e você também do seu jeito
O bom da vida é a diversidade
Sem essa de preconceito, nós todos temos direitos
De conviver com dignidade
Assim se faz inclusão, com plena participação
Acolhimento é sinal de igualdade

(Rafael Vieira Junior, 2015)

É considerável repensar o papel do preconceito na vida das pessoas com deficiência, já que algumas noções podem gerar uma serie de problemáticas que afetam de forma negativa as relações que conduzem a um espaço de inclusão. Sendo algo capaz de dificultar a própria forma de sociabilização das crianças que necessitam de um ambiente favorável, para que as mesmas possa se adaptar.

Desse modo, fica evidente que existe um tipo de inclusão baseada em visões fatalistas que legitimam o preconceito da deficiência. Existe um tipo de exclusão disfarçada em inclusão, que não promove condições de possibilidade para o acontecimento de uma relação verdadeira, o que acaba banindo o outro para uma situação de exílio relacional (Cavalcante, 2004, p. 138).

As pessoas com deficiência acabam reconhecendo sua própria realidade e suas dificuldades que permitem desvelar uma educação ainda em construção, estes não estão tentando roubar nenhum espaço, apenas almejam construir um que seja só deles, onde eles possam viver de forma digna, sem interrupções, sem destratos e discriminações, eles querem apenas direitos que lhes afirmam enquanto pessoas, enquanto seres dignos e igualitários.

Sou deficiente, e daí?
 Foi Deus quem quis assim.
 Devo desistir de viver?
 Sou gente igual a você.
 Por que tanto preconceito?
 Será que eu não mereço respeito?
 Sei que tenho muitas limitações,
 Mas, também sou movida a emoções.

(Ny And Stk, Ser deficiente)

Ao que parece, as pessoas com deficiência têm um sentimento de pertencimento, de aceitação das suas próprias dificuldades vivenciadas no cotidiano das relações que excluem e impossibilitam a sua própria forma de ser. Sendo que o preconceito leva a maximizar uma compreensão destes, de forma cada vez mais descaracterizada, onde os mesmos passam a ganha conotações negativas, provocando um espaços de tensões, pois a pessoa com deficiência buscam um tratamento igualitário, já os demais, procuram formas de inferiorizar, de subjugar uma realidade totalmente desconhecida, pois só quem vive na pele, o peso de vivenciar uma discriminação, é quem sabe a verdadeira face que a sociedade revela.

Se a pessoa deficiente mantiver e aceitar o preconceito de forma passiva, ela nunca sairá do ciclo vicioso de injustiça que o preconceito instaura. Seria preciso perceber de onde vem o preconceito e agir em contra-ataque: “eu não quero este preconceito, ele não me pertence” Barra Júnior (2005 p.83).

A realidade acaba por refletir a reprodução dos preconceitos que naturalizam essas relações, de forma a enfraquecer as lutas por uma nova construção de mundo, onde todos possam ser tratados igualmente. A relação que a sociedade cria frente a essas falhas conduz a um nível onde a aceitação de conotações que inferiorizam as minorias sociais tornam-se passivas de enfrentamento, onde sujeitos se esgotam na busca por algo que realmente transforme esse quadro.

Já imaginou de onde vem
 A luz de um cego
 Já cogitou descer
 De cima do seu ego
 Tem tanta gente por aí
 Na exclusão e ainda sorri

Tenho me perguntado
 Pra ser feliz
 Do que o ser humano necessita?
 O que é que faz a vida ser bonita?
 A resposta, onde é que está escrita?

(Daniel, 2011)

Se colocar no lugar do outro, de perceber quais as reais necessidades, o que uma atitude discriminatória pode acarretar na vida de sujeitos que lutam por um reconhecimento e ainda sim, precisam se sobressair própria margem da exclusão. A atualidade torna-se um complexo de relações individualizadas, pouco interessada em uma relação de parceria, de se refletir no outro, para que dessa forma compreenda sua própria atitudes. Sob esse ponto de vista, Cavalcante (2004) demonstra que o preconceito pode ser compreendido por meio de seus elementos constitutivos: a redução do outro, o descompromisso, o exílio relacional, a negação da diversidade, a afirmação do sujeito de falta e o desencontro mediado.

Nesse caso, a sociedade precisa antes de tudo, compreender que o preconceito é algo inerente ao próprio processo de construção de uma dada realidade e que neste mesmo processo constituem-se elementos que problematizam o reconhecimento e aproximação com as pessoas que tem deficiência a um cenário de contradições.

Mais infelizmente é chamado de deficiente
 Só porque está trancado em uma cadeira de rodas
 O seu esforço inútil, a sociedade fecha as portas
 Prioridade máxima aos que são qualificados
 Pessoas deficientes que tem talento são rejeitadas
 Lidar com essas pessoas exige de nós cooperação
 Contra atacam pessoas normais, e não colocaram indignação
 Morto, vivo ou morto, filho afetado, distúrbio mental
 Encantos e desencantos se é manicômio é morte natural
 Quem é que nunca ouviu falar "la vai o aleijado"
 Ou "esse cara é louco, é deficiente ou esta drogado"
 Manifesto minha discordância no adjetivo deficiente
 Aqui nessa porra de mundo ninguém é melhor, ninguém é diferente

(Forma de Expressão)

A percepção que se cria em torno da pessoa com deficiência é algo extremamente estigmatizante, principalmente em um contexto de aceleração das necessidades, de concorrências instantâneas, e espaços excluzórios, torna-se nítida a compreensão que algumas pessoas fazem, não somente a respeito das pessoas com deficiência, mas em um contexto

geral, onde as minorias sociais são tratadas por alguns segmentos populacionais, realmente como minorias, não como minorias relativas a quantidade, mas como minorias percebidas como inferiores e incapazes de terem vidas normais, de construírem um espaço digno, de forma igualitária.

Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquece-lo e desarma-lo (ELIAS; SCOTSON, 2000, P.24)

Essa é a ideia que a sociedade nos coloca, as pessoas não são iguais e por isso não devem ser tratadas dessa forma, menosprezando, é nessa concepção que a exclusão consegue se disseminar, e a falta de consciência acaba por contribuir para este processo.

A humanidade caminha
Atropelando os sinais
A história vai repetindo
Os erros que o homem traz
O mundo segue girando
Carente de amor e paz
Se cada cabeça é um mundo
Cada um é muito mais

(Lenine, diversidade, 2010)

É compreensível entender que surge uma realidade cada vez mais contraditória, que exige uma necessidade latente e recorrente de tolerância as diferenças sociais, pois estas existem, e corroboram para uma diversidade cultural cada vez mais abrangente, onde os seres humanos tornam-se sujeito complexos dotados de necessidade, sendo as diferenças capazes de complementar e até mesmo conciliar uma ligação com a própria inclusão, que passa a gestar-se por intermédio da própria educação.

Onde Rosa (2010) vem ressaltar os desafios que hoje a escola enfrenta, no que concerne as relações de reconhecimento a diversidade, como parte indivisível, da própria construção de uma identidade nacional, bem como atingir um nível de superação da discriminação, através de uma percepção e um diálogo crítico.

Não é fácil construir um ambiente diversificado culturalmente que prime pela aceitação das diferenças, já que a lógica excludente se faz presente nos traços constitutivos de

uma sociedade, de forma a revelar ainda hoje um cenário de discriminação e marginalização, que limitam e até mesmo impossibilitam a participação da pessoa com deficiência nas relações sociais. É necessário construir um espaço de diálogo crítico, que possa rebater essas disparidades que assolam o desenvolvimento de uma inclusão, pautada na aceitação da diversidade.

É!
 A gente quer viver pleno direito
 A gente quer viver todo respeito
 A gente quer viver uma nação
 A gente quer é ser um cidadão
 A gente quer viver uma nação...

(É, Gonzaguinha, 1988)

Com o leque de possibilidades existentes no Brasil atualmente, principalmente no que diz respeito a miscigenação de um povo é vital uma relação harmoniosa com o diferente, todavia, isso só se torna plausível mediante o respeito e reconhecimento pelas formas singulares de ser, a cada dia estreita-se mais as relações entre a diversidade e a aceitação, o que deveria ser algo significativo, mas será que a riqueza cultural ocupa um lugar de destaque na sociedade, já que as formas de inclusão são dificultadas pela própria aceitação da exclusão? Segundo Bento,

A ideia de que todos são iguais perante a lei significa que todas as pessoas devem desfrutar das mesmas oportunidades, não se justificando privilégios, em razão de raça, sexo, idade e outros fatores. Embora as pessoas e os grupos sejam diferentes, seus direitos são iguais. (BENTO, 2005, P. 64)

Nesse sentido, a educação é a única chave capaz de promover mudanças, fazendo com que os processos educacionais sejam garantidos possibilitando a construção de uma noção cidadã de crianças que possuem deficiência, e assim, ocasionando em um senso de partilhamento dos direitos. Da mesma forma que existem processos discriminatórios de exclusão, também podem se estruturar novas formas inclusivas através da própria educação. Portanto, uma educação com qualidade transfigura-se em um mecanismo de liberdade e igualdade, onde as crianças possam ser enxergadas como iguais.

3.3 NOVOS ATORES NO PARADIGMA DAS RELAÇÕES INCLUSIVAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS INOVAÇÕES E POSSIBILIDADES NO DESVELAR DE UMA INCLUSÃO PARA A DIVERSIDADE

A educação como um processo de desenvolvimento humano pode refletir positivamente em sua realidade, em razão disso, o ambiente escolar deve ser capaz de proporcionar um espaço capaz de superar os obstáculos, limitações e conseqüentemente refletir ensinamentos que tornem esse espaço um lugar de prospecção para uma educação efetivamente consolidada, enraizada em novos arranjos que tornem a inclusão, um elemento essencial para a construção de uma nova visão, que não somente inclua as minorias sociais em um contexto de igualdade, mas que reflita uma nova forma de compreender e agir essas ações inclusivas.

Partindo dessa premissa, a perspectiva de entender esse processo surgiu em torno de uma inquietação sobre a realidade vivenciada por uma parcela dessas minorias sociais, as crianças com deficiência, em um cenário de inclusão educacional e social, buscando compreender essa realidade a qual o processo de inclusão se instala e se o mesmo concretiza-se de forma efetiva.

Esse universo de análise desenvolveu-se a partir da compreensão do cenário legislativo como um processo legalmente responsável pela inserção das pessoas com deficiência no âmbito educacional e social, analisando-se as formas de integração para um espaço educacional inclusivo, e evidenciando posteriormente a função familiar nessas relações de inclusão.

A pesquisa de campo veio realçar as interpretações deste cenário de inclusão de crianças com deficiência através de seus pais, sendo estes, pessoas capazes de compreenderem e evidenciarem concretamente a realidade de seu filhos, seus anseios e obstáculos, e por muitas vezes, sua voz, sua representatividade na busca por respeito e igualdade.

A Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (local onde fora realizada a pesquisa) é um espaço que oferta serviços, através da própria experiência de estágio dos acadêmicos da instituição. Esse ambiente presta serviços interligados aos cursos de psicologia, Serviço Social, fisioterapia, biomedicina e odontologia. Nesse espaço, há uma parcela considerável de pessoas com deficiência sendo atendidas, desta forma, resultando-se em um local favorável para a aplicação da pesquisa.

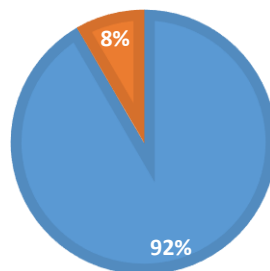
Em uma análise ampla sobre essa realidade, torna-se nítido um fator preponderante nesses aspectos que giram em torno do objeto de estudo, o “conhecimento”. Através das entrevistas, notou-se que muitos pais possuíam dificuldades em compreenderem as palavras “inclusão” e “direitos”, sendo estas, palavras-chaves para o desenrolar dessa pesquisa.

Todavia, é necessário evidenciar que apesar da falta de compreensão sobre essas palavras, os pais se sobressaíram-se no que diz respeito a busca por uma qualidade de vida para seus filhos, sendo uma forma de expressar a própria busca por direitos e inclusão. Outro fator evidenciado através de suas falas, é que eles tem uma compreensão clara das dificuldades existente no cotidiano, tanto deles em criar um filho com deficiência, como também dos próprios filhos, em conviver em uma realidade que possui falhas, que não expressa o ideário de uma sociedade inclusiva.

A participação dos pais nesse cenário de inclusão, ou até mesmo na ineficiência desse processo, representa algo necessariamente importante, já que estes podem dar voz e ouvidos as reais necessidades que acarretam o cotidiano das crianças com deficiência. A partir das entrevistas compreendeu-se que as mães representam a base de um apoio familiar, e que consequentemente dão direcionamentos para o cuidado de seus filhos, sendo a maior parcela de participação representada mulheres

GRAFICO I - GÊNERO

■ FEMENINO ■ MASCULINO

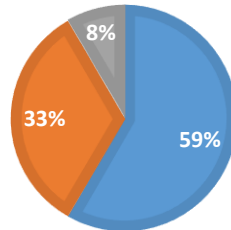


Fonte: Primária, 2018

A faixa etária, estado civil e a escolaridade dos pais que participaram da pesquisa foram outros elementos necessários a constituição de um panorama sobre o perfil apresentado a esse contexto, onde buscou-se compreender os detalhes da relação cotidiana de cada indivíduo, permitindo-se compreender suas percepções e seus questionamentos mais concretos, desta forma evidencia-se a faixa etária destes pais

GRAFICO II -FAIXA ETARIA DOS PAIS

■ Entre 28 e 37 anos ■ Entre 38 e 49 anos ■ 50 anos ou mais

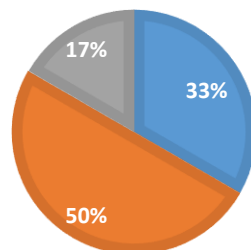


Fonte: Primária, 2018.

A idade ressaltada pelos pais se constituem em uma forma de perceber as experiências e a maturidade frente a essas problemáticas que persistem em assolar a vida não somente das crianças com deficiência, mas atinge todo o contexto familiar, sendo em sua maioria representada por 59% dos entrevistados que tem idades entre 28 a 37 anos,

GRAFICO III -ESTADO CIVIL DOS PAIS

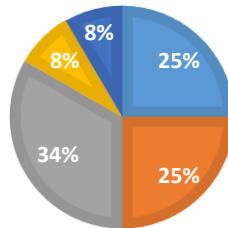
■ SOLTEIRO ■ CASADO ■ UNIÃO ESTAVEL



Fonte: Primária, 2018

O estado civil de cada entrevistado vem compor associações entre suas relações familiares e sua interligação com o contexto de colaboração para a qualidade de vida das pessoas que possuem deficiências, sendo necessário destacar que os pais casados ocupam uma colocação significativa, sendo compostas por 50% dos entrevistados seguindo-se por 33% representado pelos pais solteiros, o que não parece influenciar no que diz respeito a uma participação efetiva dos pais nesse processo de busca por direitos e qualidade de vida.

GRAFICO IV - ESCOLARIDADE DOS PAIS



Fonte: Primária,2018.

A escolaridade dos pais representam um processo de análise onde podem ser refletidas as próprias questões de aprofundamento sobre os conhecimentos, sendo necessário perceber que a principal parcela representada pelo gráfico indica que 34% dos pais possuem o ensino médio completo e outras duas sub parcelas se dividem igualmente entre 25% para ensino fundamental completo e 25% para ensino fundamental incompleto, isso reflete uma educação onde os pais ainda conseguem ter acesso, e sendo assim, se tornam mais propensos a conhecerem sua realidade.

Por conseguinte, Na sétima pergunta da entrevista evidenciou-se o seguinte enunciado: Existe apoio de outros membros familiares quanto aos cuidados e a adaptação de seu filho(a) ao próprio ambiente familiar, e ao contexto educacional? Nesta questão procurou-se analisar a participação da família nesse cenário de inclusão, se todos os membros procuram conscientemente contribuir de alguma forma para a integração dessas crianças, e alguns dos entrevistados responderam da seguinte forma:

“Sim, em todos os lugares, em casa nas instituições, toda a família procura de alguma forma ajudar” (AGATA).

“Não tenho nenhum membro familiar que possa ajudar, mas quando estou trabalhando, minha filha fica com uma amiga que considero da família, ela me ajuda bastante” (FLUORITA).

“Não, somente eu” (RUBI).

“Sim, nós sempre tentamos de alguma forma contribuir, fazer com que ele se sinta bem em todos os lugares”(SAFIRA)

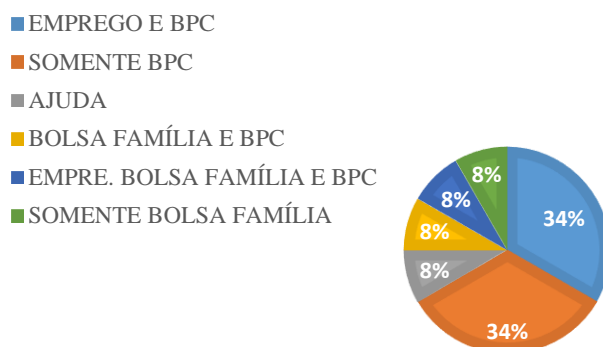
Compreende-se que a família está diretamente ligada as próprias relações que conduzem seus filhos a terem uma vida com qualidade, a uma vida com significações e sentidos, pois a deficiência já é algo que por si próprio constrói uma barreira, aliás, as pessoas costumam criar barreiras desnecessárias em torno da deficiência, dificultando não somente a própria relação de inclusão, mas acaba por dificultar ainda mais as barreiras que são enfrentadas diariamente, e sem o apoio familiar, essa inclusão se torna mais distante que os próprios direitos.

A família é o principal agente de socialização da criança, preside aos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e à organização da vida afetiva emotiva da criança. Acrescenta ainda, que como agente socializado e educativo primário, ela exerce a primeira e a mais indelével influência sobre a criança Giorgi (1980: 26)

Nessa perspectiva a família vem representar uma base sólida que constrói não somente ações que busquem direitos, respeito e igualdade, mas ela apropria-se de uma causa que busque sentidos e representatividade para seus filhos. O apoio familiar se torna uma ferramenta extremamente necessária para se consolidar uma inclusão que solidifique e amplie os direitos.

A esses direitos que hoje conduzem-se até mesmo pela dependência de uma renda que é direito, porém torna-se mínima diante das necessidades que uma criança com deficiência encontra, a partir dessa questão procurou-se também avaliar a fonte de renda dos entrevistados:

GRÁFICO V - FONTE DE RENDA FAMILIAR



Fonte: Primária, 2018

É perceptível uma equiparação entre as famílias que possuem somente o BPC como fonte de renda e as que possuem emprego e recebem BPC também, através da observação e da realidade evidenciada pelos pais e pelas crianças através da entrevista, notou-se que esse direito ao Benefício de Prestação continuada é algo essencialmente necessário, pois são inúmeras as dificuldades, sendo o BPC um suporte para atender as necessidades básicas da pessoa com deficiência.

Torna-se necessário ressaltar também a burocratização que impedem ainda hoje muitos de terem acesso ao BPC, ou os que possuem BPC e não podem receber o Bolsa Família porque o cálculo do benefício caba constando na renda familiar para quem busca receber esse auxílio. Houve um receio de uma pequena parcela dos entrevistados, em afirmar que recebiam o BPC e o Bolsa Família, devido a cortes que os mesmos mencionaram que estavam acontecendo, houve também várias críticas em torno dessas afirmações, onde muitos de forma revoltante evidenciaram a injustiça de um direito anular o outro.

Nessa perspectiva de direitos uma, das questões formuladas vem salientar a própria compressão sobre os mesmo, onde a pergunta apresenta-se da seguinte forma: Compreende que todas as crianças tem o direito a inclusão educacional e social, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou outras, se sim, acredita que esses direitos estão sendo concretizados de forma a integra-los efetivamente nesses espaços? Esta questão direcionou-se para o resgate de uma percepção sobre os direitos, sendo os pais responsáveis por busca-los, torna-se relevante não somente para a pesquisa, mas para despertar nos pais essa inquietação, sendo assim, os entrevistados ressaltam essa percepção da seguinte forma:

“Acredito que é um direito sim, o que eu não acredito é que as escolas estejam preparadas para receber essas crianças, acredito que a inclusão está só no papel, ela não acontece na realidade de quem mais precisa” (AMAZONITA).

“É um direito sim, mas creio que esses direitos não estão acontecendo como deveriam, cada dia é uma batalha diferente, um dia preciso de transporte, no outro dia minha filha não vai para a escola porque não tem cadeiras de roda e nem cuidador pra ela(JADE)

"Acredito, mas não está sendo concretizado, é tão difícil para as crianças com deficiência, pois a escola aceita porque a lei obriga, mas aceitar é diferente de incluir” (PEROLA)

“É um direito, mas deixa muito a desejar, a exemplo disso está a escola, enquanto espaço físico e humano, ela não está preparada para receber crianças com necessidades diferentes. Às vezes, nas escolas, não tem

antiderrapante, corrimãos, não tem cadeiras apropriadas, o material didático por muitas vezes também não é apropriado. O certo também seria colocar as crianças em salas com idades mentais iguais, e não com idade cronológica, quem sabe assim minha filha se adaptaria” (FLUORITA)

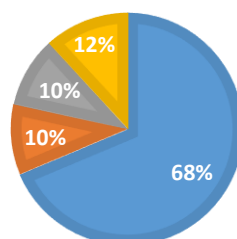
Desta forma entende-se que os direitos por inúmeras vezes deixam de cumprir seu papel enquanto processo viabilizador de integração para as pessoas com deficiência, de forma que esta tenha as mesmas possibilidades, o mesmo acesso a inclusão educacional e social. As críticas se fazem presentes principalmente em relação a inclusão educacional, sendo a escola um espaço que deveria primar pelas relações inclusivas, a mesma encontra-se ineficiente para suprir as necessidades educacionais das crianças.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada, para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (HENRIQUES, 2012, p. 09).

Nessa concepção, o processo educacional dessas crianças deveria estar voltado não somente para o desenvolvimento educativo, mas para abrir espaços de interlocução, de socialização com os profissionais e com os alunos, para que eles apreendessem a realidade e a necessidades dando apoio e acolhimento para essas crianças e criando um ambiente estruturalmente adequado e uma inclusão favorável para a aceitação das singularidades presentes na realidade de cada aluno. Sendo assim, a pesquisa de campo também vem evidenciar o processo educacional das crianças com deficiência, sendo estas, os filhos e filhas dos pais entrevistados.

GRAFICO VI - EDUCAÇÃO DOS FILHOS

■ ESCOLA REGULAR ■ ESCOLA ESPECIALIZADA ■ ESTUDA EM CASA ■ NÃO ESTUDA



Fonte: Primária, 2018

É notável perceber que o estudo regular vem ocupar percentualmente um lugar significativo na relação educacional dessas crianças, tendo em vista que este vem integrar o processo de inclusão para receber todas as minorias sociais de forma igualitária, e em especial as pessoas com deficiência que precisam de uma adaptação mais aprofundada, para adequar suas necessidades, de forma que estes possam ter um ensino de qualidade.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (Glat e Nogueira, 2002, p.26)

Todavia, percebe-se que esse percentual de crianças que frequentam o ensino regular não deixam de enfrentar dificuldades, o que torna-se perceptível através do seguinte questionamento feito através da entrevista aos pais: tomando como ponto de reflexão sua realidade, seus desafios e obstáculos diários, você acredita que a inclusão está conseguindo promover de fato uma igualdade social que vise diminuir a exclusão e a discriminação? desta forma os pais vem revelar uma realidade onde:

“Há um interesse em se fazer isso, porém, não pratica isso não acontece, as escolas recebem, porque a lei obriga a receber as pessoas com deficiência, mas eu sei que ainda hoje o bullying está presente e as crianças são excluídas das atividades e das relações de interação com os colegas de sala, ou seja, muita coisa não mudou, apenas está disfarçada sobre o papel de inclusão(AMAZONITA).

“Existem muitas coisas a serem feitas ainda, onde possa ter mais conscientização e compreensão sobre as dificuldades que os pais também tem, trabalharemos para que essa inclusão, não seja uma inclusão só pela metade, mas que consiga realmente aquilo que ela foi criada para fazer”(SAFIRA).

Esse entendimento sobre os direitos e sobre as reais necessidades de cada aluno com deficiência estabelecem uma relação com os próprios obstáculos encontrados no cotidiano que impossibilitam as relações de acesso e inclusão dessas crianças, de forma que as mesmas passam a distanciar-se das formas de interação, tornando-se pessoas a margem desse processo de inclusão, nesse sentido alguns pais relatam suas principais dificuldades cotidianas:

“A acessibilidade, transporte adequado, a educação e lazer, por exemplo: onde vou colocar uma criança cadeirante para brincar? de que maneira meu filho vai conseguir aprender alguma coisa na sala de aula se os professores não estão preparados, como posso levar meu filho pra algum lugar sem um transporte adequado que possa leva-lo?” (AMAZONITA).

“O não preparo dos professores, o material didático não atende as necessidades específicas de cada aluno na sala de aula, fora da escola eu não sinto essa rejeição, mas na escola eu encontro muitas dificuldades para meu filho” (FLUORITA).

“As ruas, a escola não tem acesso, não tem uma brinquedoteca para meu filho brincar, então ele acaba sendo excluído das atividades, das brincadeiras, fica apenas no canto esperando o tempo passar. Em casa também existe a família que não apoia e muito menos compreende as necessidades do meu filho” (DIAMANTE)

“Não tenho dificuldades, eu mesmo corro atrás e enfrento os obstáculos” (PEROLA).

A inclusão foi instituída exatamente para extinguir essa dinâmica de exclusão que persiste em se consolidar nas relações de sociabilidade, e nas formas de concretização dos direitos, tendo em vista esses impedimentos que agregam uma veracidade inerente ao processos dicotômicos que impossibilitam a efetivação de uma inclusão que deveras, prime pela aceitação concreta das diferenças, tornando-as parte de um universo onde a igualdade e a equidade acabam não se tornando sinônimos de garantias de direito e aceitação da diversidade.

Desta forma, torna-se necessário reavaliar as condutas frente a efetivação desses direitos, para que os mesmos possam percorrer um caminho de resolução dessas problemáticas que giram em torno da própria consolidação da inclusão, das expressões da questão social, que tornam-se evidentemente presentes, nesse contexto de precarização dos direitos.

A partir disso, aponta-se a percepção dos entrevistados sobre a atuação do Estado frente sua responsabilidade em promover direitos e políticas públicas pertinentes as pessoas com deficiência, de forma que os mesmos possam evidenciar se estes mesmos direitos e políticas estão sendo suficientes, e se conseguem atender a todos de forma ampla e efetiva:

“Ele faz uma parte, mas não tudo, existe muitas dificuldades no acesso aos direitos e tudo vem com atraso, as vezes preciso de um atendimento médico, de transporte e é bastante difícil” (ESMERALDA).

“Não, ele não está sendo suficiente, há uma grande dificuldade em se buscar pelos direitos, tem sempre que buscar de outra forma, seja através da justiça ou até mesmo a imprensa, pra que assim se consiga algo, e isso é um absurdo, se é um direito, então não deveríamos ter que lutar pra tê-los” (DIAMANTE).

“A política em si é uma coisa boa e necessária, porém precisa-se de gestores mais qualificados, porque as vezes este meio de políticas e direitos se tornam um curral eleitoral, de troca de favores. É necessário uma política direcionada para quem precisa desses direitos e também precisa de uma socialização de direitos que sejam mais eficazes, pois sem conhecimento não tem como buscar por direitos”(FLUORITA).

Desta forma percebe-se que o Estado como principal detentor de direitos, tem um papel preponderante no que concerne sua relação com as demandas sociais, tendo por responsabilidade encarregar-se de responder aos problemas existentes na sociedade. Todavia, compreende-se, que de certa forma, ele não está conseguindo suprir com toda a necessidades de forma ampla, atingindo a todos que necessitam desses direitos.

O detrato profissional com a população que demandam de serviços públicos, direitos e políticas sociais, é outro fator que torna este acesso cada vez mais ineficiente, compreendendo que tudo que considera-se gratuito, deva ser ofertado de qualquer forma, pois a falta de conhecimento leva os usuários a crerem que o direito é um favor, e não algo conquistado por todos os cidadãos no decorrer dos tempos.

Outro fato a ser considerado é a desresponsabilização do Estado frente a essa demandas, tornando a sociedade o meio para se chegar aos direitos mais básicos, já que este minimiza sua atuação, para consolidar o crescimento econômico do país, eis então a falácia da mobilidade social, reproduzindo uma forma de alienação para com a sociedade civil, desta forma, a população faz o trabalho do Estado acreditando que possui uma grande responsabilidade com os direitos sociais, sendo que por muitas vezes, estes colaboram para própria reprodução do capital.

Contudo, há um segmento populacional que consegue ultrapassar suas próprias barreiras, construindo de fato, meios que auxiliem a própria sociedade, e não somente com a concretização de alguns direitos, mas também através das organizações não governamentais como: Ong's, Oscip's, fundações e associações conseguem respaldar uma atuação social capaz de superar obstáculos, de construir novas formas de enfrentamento das questões sociais, resgatando por muitas vezes uma inclusão verdadeiramente afirmativa.

Considerando esses segmentos da sociedade civil que conseguem trabalhar através de uma inclusão realmente efetiva, buscou-se compreender através dos pais entrevistados, se seus filhos participam de alguma Ong ou associação que desenvolva trabalhos voltados a integração educacional e social, sendo assim, os mesmos explicitam:

“Participa da APAE, no tratamento de terapia ocupacional, tem acompanhamentos no AEE de lá, e afirmo que eles são bem preparados” (AMAZONITA).

“Não aceitaram meu filho na APAE devido a alguns critérios e minha filha não tem todos os exames necessários para entrar” (JADE).

“Ela participou da APAE no tempo em que esteve no caldeirão das crianças, que era tipo uma casa abrigo, pena que hoje essa associação está mais reduzida” (FLUORITA)

“Não participa, mas a mulher de lá quer que ela participe das atividades do CRAS, porem a distância e a falta de transporte não colabora

“Meu filho faz terapia na APAE, mais ainda não está inserido nas outras atividades de lá”(SAFIRA).

Desta forma, percebe-se que algumas crianças tem acesso a instituições do terceiro setor, que prestam serviços à população e outras não conseguem participar devido a algumas situações que impossibilitam sua inserção nesses espaços, sendo assim, torna-se nítido compreender que nem todos tem acesso a uma educação inclusiva, sendo por vias do próprio ensino regular ou até mesmo dessas organizações, o que torna a efetivação da educação inclusiva um caminho longo e tortuoso a ser percorrido, onde existem falhas na própria educação, na garantia de direitos, e nas instituições da sociedade civil organizada que não conseguem atender de forma ampla.

Outro ponto relevante na pesquisa de campo, é a evidencia e participação da família nas relações de inclusão, tornando-os a voz e a percepção das crianças sobre suas necessidades educacionais e sociais de forma, a compreender os fatores que corroboram ou impossibilitam uma integração mais eficiente nesses espaços, por tanto torna-se necessário compreender alguns pontos sobre a relação familiar na contribuição para uma inclusão concreta, seus pensamentos e inquietações a respeito destas relações

Sendo assim, destacou-se algumas interrogações aos pais sobre esses fatores, a primeira esteve relacionada a importância da construção de uma parceria entre professores e pais na busca por um estabelecimento de relações que consideram-se necessárias para o

desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiência, e os pais julgaram da seguinte forma:

“Sim, pois acho importante os professores entenderem as necessidades das crianças, o que eles pensam, o que precisam, e que através dessa parceria, tanto os pais como os professores contribuam igualmente para essa educação” (AMETISTA)

“Acho que sim, porque é melhor para as crianças, principalmente quando elas passam por alguma dificuldade, assim, tanto o professor quanto os pais devem estar cientes e possam conversar para que ambos tomem uma atitude e também trabalhem juntos para que as crianças possam aprender da melhor forma possível” (DIAMANTE).

“Acho muito importante e necessário, porque se o professor não falar sobre as dificuldades, não tem como eu ajudar a melhorar” (JADE)

“Sim. Quem conhece meu filho sou eu, ele não fala, ele apenas se expressa através dos gestos, então somente eu é quem sei o que ele precisa pra melhorar e pra conseguir se adaptar de verdade, por isso que é importante esse diálogo com o professor” (SAFIRA)”

Essa parceria torna-se algo extremamente necessário, pois os pais constroem uma ligação com os próprios filhos, seja no desenvolvimento da criança ou na construção de um espaço saudável para seu filho, contribuindo para um ambiente estável, capaz de contribuir para sua educação. A família configura-se em uma extensão da educação que se desenvolve na escola, de forma colaborar para a construção de um diálogo com os professores, sendo eles as pessoas que estão mais próximas da realidade vivenciada por seus filhos, compreendendo as dificuldades e as necessidades que tornam cada criança um ser singular.

Mas para haver essa parceria é imprescindível que haja também uma preparação dos professores que segundo Mendes (2004) “é um caminho essencial para construir uma escola que esteja aberta a diversidades educacional e inclusiva, desta forma entende-se que a formação de professores é um dos pilares para que se construa uma inclusão escolar, pois a mudança requer um ambiente adequado em termos de recursos humanos para que a inclusão possa ser posta em pratica”.

É necessário construir um ambiente significativo, que acolha a todas as crianças independentemente de suas particularidades, sendo assim, analisou-se a percepção dos pais quanto a necessidade de haver mais capacitações, com qualidade e eficiência no que diz respeito a integração dos alunos com deficiência em sala de aula, logo, os pais expressam se da seguinte forma:

“Os professores tem que se preparar mais, assim como toda a escola também, do porteiro ao diretor, as escolas tem que se adequar a cada criança e a cada necessidade, pois nada nem ninguém é igual, por exemplo: o meu filho está matriculado, porém, não tem cuidador pra ele, então eu não levo ele para a escola, porque só é uma professora para 32 alunos, como é que ficam as necessidades do meu filho nesse meio tempo?”(AMAZONITA).

“Sim, sem sombra de dúvidas, isso é necessário e importante, na verdade, eu acho até que os pais deveriam passar por alguma capacitação, pois ninguém nasce preparado e lidar com uma criança com deficiência não é fácil, você tem que aprender a dar cada dia um novo passo, e a cada fase é um novo desafio” (DIAMANTE)

“Com toda certeza, pois tenho dois filhos com deficiência, uma não está estudando porque não tem cuidador e o outro tem deficiência mental, então os professores viviam reclamado dele, ai tive que tirar, acho que os professores precisam se preparar para lidar com as necessidades e dificuldades” (JADE)

Compreende-se desta forma, a necessidade de uma capacitação não somente para os professores, mas para todos os profissionais que compõem esse universo educacional, para que assim, esse ambiente se torne capaz de construir um alicerce para uma inclusão que possibilite novas formas de ensinar, contribuindo para uma educação digna, onde todos possam ter o direito de estudar.

A percepção dos pais sobre essas necessidades de mudanças tanto no espaço social como também e mais precisamente no ambiente educacional, revela um quadro referencial onde o contexto familiar se torna propenso a fortalecer um ambiente que promova essa inclusão, já que os mesmos compreendem de forma totalitária e abrangente a recorrente necessidade de se buscar por direitos, de ter acesso a serviços e espaços de inclusão, de buscar visibilidade para seus filhos de forma que estes sejam aceitos e respeitados de forma igualitária.

Assim sendo, procurou-se notabilizar essa participação familiar na vida das crianças com deficiência de forma a compreender se estes contribuem de alguma forma para a inclusão de seus filhos e das crianças que se encontram nas mesmas condições, já que estes convivem e partilham de novas experiências na relação de cuidado e de busca por uma qualidade de vida melhor para seus filhos, posto isso, os pais afirmam:

“Sim, quando vou em busca de informações e também quando interajo com o grupo de mães de crianças com deficiência” (AMAZONITA).

“Acho que sim, através do conhecimento que estou sempre buscando, através dos direitos também, sempre luto por uma qualidade de vida para meu filho, e para que ele seja aceito em todos os lugares” (DIAMANTE)

“Eu tenho, mas acho que não é suficiente, eu acho que ela precisa de mais coisas que eu não consegui fazer ainda” (ESMERALDA)

“Sim, é como eu falei, sempre corro atrás dos direitos para meu filho, vou atrás da defensoria, de medicação, de fraldas, estou tentando pedir uma ajuda para o prefeito para melhorar a rua da minha casa, pra que minha filha possa passar na cadeira de rodas e não no colo, quem sabe assim ela tenha pelo menos um pouco de acessibilidade digna” (JADE)

Nota-se a relevância fundamental da família nesse processo, de forma que está se torne um ponto chave na colaboração para a construção de uma sociedade mais justa que tome consciência da diversidade inestimável que o país tem, e reflita sobre as formas de exclusão que causam sequelas, por muitas vezes irreparáveis no contexto de quem passa por esse processo.

A inclusão não é algo somente necessário para a aceitação das pessoas com deficiência, mas deve ser algo amplo que atinja uma percepção consciente sobre esta forma de construir uma nova sociedade, é algo que deve ser levado com seriedade e determinação, para que as formas de exclusão não tomem o espaço que é por direito das minorias sociais, e nesse percurso a família está andando de mãos dadas com a busca por uma inclusão, pois ela se torna capaz de enxergar nas dificuldades de criar um filho com deficiência uma determinação capaz de idealizar uma nova realidade, desta forma a entrevista finaliza com a consciência dos pais sobre seus filhos, trazendo uma nova forma de aprendizado e de compreensão da realidade, onde estes afirma:

“Com toda certeza, porque você acaba criando mais coragem para lutar pelos seus direitos, tem uma causa pela qual buscar, você acaba percebendo a simplicidade das coisas, e tudo que meu filho aprende é uma superação e uma alegria ao mesmo tempo” (AMAZONITA)

“Eu adquiri muito conhecimento, não achava nem que era capaz de ser mãe, quem dirá de uma criança com deficiência, de enfrentar a discriminação, as críticas da própria família, de conseguir erguer meu filho, para que ele se sentisse igual a todas as pessoas, e de ser tratado com dignidade e respeito” (DIAMANTE)

“No início eu não queria aceitar que meu filho tem uma deficiência, mas agora percebo que sem ele eu não vivo, eu aprendo muito com ele e enfrento os desafios por ele”(JADE)

“Sim, cada dia vivemos e aprendemos uma coisa nova e diferente, a gente cuida e aprende ao mesmo tempo” (PEROLA)

Tornando perceptível a relevância de um contexto familiar para a construção de uma educação inclusiva realmente efetiva, compreende-se que a mesma torna-se capaz de contribuir para este novo quadro de embates, em que exige-se uma nova postura societária, para que a inclusão se firme enquanto um processo que consolida essas relações inclusivas.

Assim, após o desenvolvimento de um estudo analítico sobre essas novas formas de inclusão, e sobre a concepção de uma educação inclusiva que assuma essas novas forma de intervir na realidade social da criança com deficiência, ressalta-se que neste mesmo cenário as leis tornam-se ferramentas para buscar direitos que contribuam para essas formas de acesso, todavia, percebe-se que nem sempre as mesmas conseguem ofertar esses direitos de forma contundente, que facilitem o acesso aos espaços, a serviços, que possam dar contrapartida a esses contornos que interpelem a aceitação de uma inclusão ampla.

O Estado nessa percepção conduz-se a uma linha tênue entre a garantia de direitos e as possibilidades de acesso dessas crianças, tendo em vista, que as organizações não governamentais se expandem e atravessam um contexto de ausência das respostas estatais a esse novo cenário que torna a inclusão uma urgência regularmente presente no cotidiano de quem se vê a mercê de um paradigma que não consolida-se de forma que a discriminação e a exclusão sejam eliminadas do contexto educacional e social.

As organizações do terceiro setor passam a ganhar ênfase na solidificação de uma trabalho voltado a conscientização e na elaboração de uma inclusão por intermédio da própria sociedade civil organizada, que está em busca de novas formas de conduzir esses direitos, de apropria-se da sua realidade e nela fazer prosperar uma nova condição de vida. Não é certo afirmar que essas organizações estão conseguindo desenvolver um trabalho amplo, mas estão tentando de alguma forma fazer com que a inclusão se torne algo que fortalece as relações sociais, mesmo que paulatinamente.

As formas de integração das pessoas com deficiência são compreendidas como algo essencialmente relevante para proporcionar espaços que incluam cada aluno, que possui suas necessidades, suas particularidades e conseqüentemente suas dificuldades que se apresentam

como algo complexo, mediante a despreparação tanto estrutural como humana dos inúmeros espaços que se afirmam inclusivos

Há uma necessidades em se reestruturar essas formas de integração, já que as mesma não conseguem atender a todas as pessoas que possuem deficiência de forma que estes não sintam o peso das dificuldades diárias, manifestadas pela falta espaços acessíveis, de profissionais qualificados, de leis realmente concretas e afirmativas, de uma educação amparada em uma inclusão para a diversidade.

A família, nesse retrospecto também tem um papel importante a ser exercido, já que a mesma reflete a realidade vivenciada por seus filhos, na busca por reconhecimento, por respeito, por direitos e por igualdade, esta torna-se capaz de ser a ancora que alavancara a constituição de novas possibilidades, que estará na linha de frente para o fortalecimento de uma inclusão que se concretize de fato.

O elemento essencial dessa pesquisa, encontra-se atrelado a própria perspectiva societária sobre as relações de inclusão, nessa linha torna-se perceptível compreender a própria necessidade de construção de uma nova consciência, de se entender a verdadeira realidade vivenciada pelas minorias sociais, em especial, das pessoas com deficiência, esse se torna o ponto inicial para a verdadeira efetivação da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um movimento capaz de busca mudanças em um cenário de contradições, permitindo resgatar uma aproximação com a diversidade e um diálogo com os elementos que se constituem como ferramentas, sendo estas capazes de transformar uma sociedade, enraizada em um contexto marcado pela dominação e segregação.

Esse pensamento reconstrói o surgimento da inclusão como algo capaz de superar barreiras estruturais e culturais, em uma conjuntura onde não se cabia mais pensar de forma singularizada, onde os papéis se inverteram e tomaram um novo sentido. O direito passa a ser constituído de forma ampla, onde todos tem as mesmas oportunidades e como tal, devem ser tratados de forma igualitária.

Eis a importância de se buscar conhecimentos mais profundos em torno do processo de inclusão, como algo extremamente necessário ao contra-ataque dessas mazelas que ainda persistem em desequilibrar o quadro de efetivação da educação inclusiva.

Diante do processo de análise desenvolvido durante essa pesquisa, compreendeu-se que o cenário legislativo foi algo constituído sobre bases solidas, organizando-se processos legais em torno dos direitos da pessoa com deficiência de forma a construir um espaço para essas minorias sociais. A inclusão passou por vários momentos históricos e constituiu mudanças significativas na vida não somente as pessoas com deficiência, mais também de inúmeros grupos sociais que viviam em um processo de exclusão.

Todavia, apesar das grandes mudanças advindas pelo processo de inclusão, o atual momento histórico revela outra faceta sobre a realidade, onde as leis não suprem de forma ampla e não atingem de forma efetiva todas as necessidades e todas as precariedades existentes nesse contexto, e a presença do Estado ainda se torna mínima frente a essas respostas requisitadas pela sociedade, sem contar pela tendência preconceituosa ainda existente no meio social e no ambiente educacional que fazem com que essa inclusão ocorra de forma precária, principalmente no que diz respeito ao acesso e integração dos alunos com deficiência a um cenário de aprendizagem, onde todas as suas limitações são enxergadas como empecilhos ao próprio desenvolvimento do ensino, e os processos que se constituem como inclusivos tornam-se ineficientes frente a um despreparo dos próprios profissionais, da precarização de recursos materiais e humanos e de uma educação que não dá um suporte efetivo para essas crianças que precisam de uma atenção mais qualificada.

E nesse processo surge novas possibilidades frente ao desenvolvimento de uma inclusão que trabalhe de forma concreta, rebatendo as falhas e ineficiências através de novas

parcerias e de outros pontos de vistas que promovam essa efetivação. Por tanto , a sociedade se torna um novo ator frente essas demandas, conduzindo a um trabalho orquestrado pelas organizações não governamentais, alavancando novas perspectivas inclusivas em torno da própria busca por autonomia e igualdade.

A família vem compor um rol renovado de ações que complementam um trabalho pela busca da inclusão, sendo sua essencialidade responsável pela aproximação com a realidade mais concreta de seus filhos, de suas dificuldades mais latentes e de sua força representativa em um cenário de busca por direitos, por reconhecimento e por uma inclusão que assuma o seu papel de protagonista em uma histórica relação de busca pela igualdade.

A sociedade precisa reconstruir uma nova percepção, remoldar sua consciência para que esta possa assumir ações e atitudes mais concretas frente a esse paradigma inclusivo, e é somente a traves da educação que se podem fazer florir novas perspectivas societárias. A educação é a chave para se construir novos rumos, novas possibilidades e novos ideários que primem por uma educação realmente inclusiva.

Por fim, esse trabalho se torna uma pequena degustação de conhecimento para aqueles que tem sede de sabedoria, conduzindo a revelações sobre a realidade de forma mais expressiva, trazendo novos olhares e novas percepções sobre um assunto de total relevância para se compreender a sociedade.

Desta forma, deixo essa contribuição teórica como um elemento essencial para a reprodução de questionamentos e inquietações, para que todas as possibilidades de conhecimento sobre a educação inclusiva sejam buscadas e transbordadas, e que tanto o universo acadêmico como a sociedade se apropriem dessa temática como algo transformador de mentes e consequentemente de realidades.

REFERENCIAS:

BAUTISTA, R. (coord). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, Denalivro., 1997.

BARRA JUNIOR, B. D. **O Preconceito da Deficiência nas relações afetivas: a constituição subjetiva de um deficiente físico**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2005.

BECKER, H. **Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-64.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

BUSCAGLIA, L. **Os Deficientes e seus Pais**. Trad. Raquel Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CAVALCANTE, A. V. **O Preconceito da Deficiência no processo de Inclusão Escolar**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2004.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

COSTA, F. L. **Reforma do Estado e contexto brasileiro: crítica do paradigma gerencialista**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

COSTA, A. et al. **A Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo de caso**. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, 2013, Bento Gonçalves. Anais... Bento Gonçalves: FTSG, 2013. p. 1-16.

DESSEN, Maria A.; POLONIA, Ana da C. **A Família e a Escola como contextos de Desenvolvimento humano**. Universidade de Brasília. Distrito Federal: Paidéia, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a_03.pdf>. Acesso em: 19 de Out. de 2018.

DI SANTO, J. R. **Família e Escola: uma relação de ajuda**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/escola-e-familia-uma-relacao-de-ajuda-na-formacao-do-ser-humano>. Acesso em: 02 set. 2018

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Oas estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2000.

FERNANDES, Rubens C. **Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2007.

GARCIA, E. G. Veiga, E.C. e (2006). **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de todos os Brasileiros**. In: Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GLAT, R. **Integração Down-família**. 2º Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down. Belo Horizonte, julho de 1995.

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. **Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

GONÇALVES, H. S. **O Estado o Terceiro Setor e o Mercado: Uma Tríade Completa**. Disponível em: <http://www.rits.org.br/> Acesso em: 09 de Out. de 2018.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual**. Disponível: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf > Acesso em: 10 de nov. de 2012

INCLUSÃO: **Revista da Educação Especial**/ Secretaria da Educação Especial. V.1, n (out.2005). – Brasília: Secretaria de Educação Especial.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. **O Envolvimento da Família no Processo de Integração/Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais**. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria - RS, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: Mendes, e.g.; Almeida, m. a; williams, l. c. de. Temas em educação especial: avanços recentes. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MONTAÑO. Carlos E. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Lutas Sociais (PUCSP), PUC - São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2001.

NEVES, L. M. W. **A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia.** In: _____. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.

NICOLODI, C. F. **Análise do projeto mutirão pela inclusão digital da Universidade de Passo Fundo sob a ótica das arquiteturas pedagógicas** – Dicertação de mestrado, Dezembro de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** ONU, 2006.

PASSERINO, Liliansa Maria; MONTARDO, Sandra Portella. **Proposta de Inclusão Digital para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE).** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-Compós (Brasília), v. 8, p. 1-18, 2007

PAULA, Ana Rita de. COSTA, Carmem Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PAULILO, M. A S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço Social em Revista.** Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul./dez.1999. <[Http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf](http://www.ssrevista.uel.br/n1v2.pdf)>. Acesso em 11 de nov. de 2018.

RAFAELA, A. **Equidade ou igualdade? Diálogos e palavras.** 03/06/2016. Disponível em:<http://dialogosepalavras.blogspot.com/2016/06/equidade-ou-igualdade.html> Acessado em: 25 de Setembro de 2018.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma aprendizagem histórico-cultural da educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender.** Belo Horizonte: Interlivros, 1971.

ROTHGIESSER, Tanya L. **Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor.** Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/> Acesso em: 14 de Out. de 2012.

SALOMON, Lester. **Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor.** In.: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2010

STAINBACK, S. **Inclusão: Um guia para educadores.** Porto alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva.** São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

VALENTINI, Carla; BISOL, Claudia. **Inclusão no Ensino Superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos.** Caxias do Sul: Educs, 2012.

VIEIRA, C. C. (2007). **Educação Familiar – Estratégias para a Promoção da Igualdade de Género** (2.^a Ed.). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A -TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIDO

Esta pesquisa traz como temática **ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS NA EDUCAÇÃO**: Reflexões acerca do processo de efetivação da educação inclusiva através dos usuários que frequentam a Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em Juazeiro do Norte-CE, desenvolvida pela acadêmica do Curso de Serviço Social Mayara Belém de Figueiredo do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO. A pesquisa traz como Objetivo Geral: Refletir acerca do processo de efetivação para uma educação mais inclusiva, através dos usuários que frequentam a Clínica Escola do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá ao senhor/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo às perguntas que será realizada durante a entrevista semiestruturada. A coleta de dados ocorrerá através de entrevista com perguntas semiestruturada, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

O acadêmico estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, eu:

_____, declaro estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos.

Juazeiro do Norte – CE, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante

Mayara Belém de Figueiredo

Acadêmico responsável pela pesquisa

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

01. Gênero:

Feminino Masculino

02. Idade:

Entre 18 e 27 anos Entre 38 e 49 anos

Entre 28 e 37 anos 50 ou mais

03. Estado civil:

Solteiro (a) Viúvo (a) União Estável

Casado (a) Divorciado (a)

04. Escolaridade:

Alfabetizado Ensino Médio Completo

Não Alfabetizado Ensino Médio Incompleto

Ensino Fundamental Completo Ensino Superior Completo

Ensino Fundamental Incompleto Ensino Superior Incompleto

05. Fonte de renda:

Empregado (a) Aposentado Bolsa família BPC Ajuda Não possui renda

Outros _____

06. Com relação ao processo educacional de seu filho(a), este está inserido:

Em escola de ensino regular

Em instituições especializadas

Estuda em casa

Não estuda

07. Existe apoio de outros membros familiares quanto aos cuidados e adaptação de seu filho(a) ao próprio ambiente familiar, e ao contexto social?

08. Você compreende que todas as crianças têm o direito à inclusão educacional e social, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou outras,

se sim, acredita que estes direitos estão sendo concretizados de forma a integra-los efetivamente nesses espaços?

09. Tomando como ponto de reflexão, sua realidade, seus desafios e obstáculos diários, você acredita que inclusão está conseguindo promover de fato uma igualdade social que vise diminuir a exclusão e a discriminação?

10. No ambiente escolar, você julga ser importante a construção de uma parceria entre família e educadores/professores para o estabelecimento de relações que contribuam para o desenvolvimento de criança e adolescentes com deficiência?

11. Em sua opinião, você acha que deveria existir mais capacitações e com maior qualidade e eficiência no que diz respeito ao tratamento e integração dos alunos com necessidades especiais em sala de aula?

12. Quais as principais obstáculos encontrados no cotidiano que prejudicam ou impossibilitam, as relações de acesso e inclusão?

13. O Estado está conseguindo suprir com suas responsabilidades mediante a promoção de direitos e de políticas públicas pertinentes a pessoa com deficiência ou você acredita que estes mesmos direitos e políticas não estão sendo suficientes ou não conseguem atender a todos de forma ampla e efetiva?

14. Seu filho(a) participa de alguma Ong ou associação que desenvolva trabalhos voltados a integração educacional e social, por meio da arte, da cultura e do trabalho solidário?

15. Considera que está contribuindo de alguma forma para o processo de inclusão de seu filho e das demais crianças que se encontram nas mesmas condições, sendo você uma pessoa que convive e que partilha de novas experiências na relação de cuidado e de busca por uma qualidade de vida melhor para ele(a)?

16. Mediante a estas novas experiências de criar um filho com deficiência, você adquiriu algum aprendizado e passou a enxergar a realidade de outra maneira?
